

3

Política Externa como Conciliação entre Externo e Interno O Fim da Guerra Fria e a Reordenação da Identidade Russa

Neste capítulo, buscar-se-á entender a posição da política externa como prática e, ao mesmo tempo, discurso que permeia as ações sociais que são base para a construção da identidade nacional. Como consideramos a política externa uma prática dialógica do Estado no seu relacionamento com seus pares no sistema internacional, ambiente doméstico e internacional não serão separados metodologicamente, tampouco ontologicamente. Tanto o externo quanto o doméstico serão fontes de constituição das identidades domésticas do Estado. Essas são projetadas, renovadas e afirmadas externamente, em um constante movimento com as dinâmicas sociais, políticas e culturais internas, por meio da política externa que se consolida e se constitui a partir de somente uma identidade, a nacional. Melhor dizendo, ambiente internacional e doméstico seriam mutuamente constituídos.

O cenário para apontar esta conciliação entre interno e externo é o fim da Guerra Fria. A identidade analisada será a russa, a qual se reordenou no processo de modificação do sistema internacional, ao mesmo tempo em que, pela mudança da ordem interna, também contribuiu para tal evento. A questão é que não há separação entre ambiente internacional e doméstico, na medida em que a própria estrutura internacional modifica as estruturas internas e, vice-versa, em um processo social dinâmico (Kubáľková, 2001). Essa visão compartilhada pelos construtivistas¹⁷ será sustentada não só teoricamente, mas também para mostrar o

¹⁷ É certo que o construtivismo não é uma aproximação teórica uniforme. Aliás, nem todos os construtivistas vêem o construtivismo como aproximação teórica (Kratochwill, 2001) e, sim, como teoria; ver Wendt, 1999. Contudo, a visão de que ambiente internacional e doméstico não estão separados para efeitos de análise e da própria constituição de ambos faz parte da idéia central de que Estados e sistema internacional se constituem mutuamente em um movimento de interação contínua entre agente e estrutura. Aqui, compartilha-se da idéia do construtivismo como aproximação teórica e não como paradigma, ver Introdução. Para melhor entender a discussão entre paradigmas e teorias, deve-se observar as contribuições de Thomas Kuhn e de Imre Lakatos. Para o primeiro a estrutura do estudo da ciência e da evolução científica está calcada em paradigmas que seriam unidades fechadas da ciência próprias para se fazer um tipo de estudo específico. No pensamento kuhniano, os paradigmas não dialogam entre si, pois são unidades

quanto se aplica ao fim da Guerra Fria e a mudança da identidade soviética. O primeiro eixo para se explicar a reordenação da identidade russa sob o foco da política externa será considerar que os dois fatos supracitados, respectivamente internacional e doméstico, ocorreram simultaneamente com agente e estrutura se modificando mediante a interação entre eles. Para isso, é necessário fazer um breve relato sobre como a política externa passou a ser analisada sem a separação metodológica entre Política Internacional e Análise de Política Externa, a fim de esclarecer o que significa a conciliação entre os dois campos na reflexão do construtivismo.

As disciplinas de Política Internacional e de Análise de Política de Externa estão separadas metodologicamente e epistemologicamente desde os anos 50, a partir da revolução behaviorista¹⁸. Tal movimento foi caracterizado nas RI's como o segundo grande debate da disciplina e se dava principalmente no campo metodológico. O confronto se dava entre tradicionalistas, isto é, os realistas clássicos¹⁹ que viam o Estado como unidade racional e maximizadora de poder e encontravam na história e nos clássicos políticos, seus fundamentos teóricos, e os behavioristas, que viam o da mesma forma, mas que sustentavam o privilégio dos métodos dedutivos sobre a interpretação e as contribuições da história. É importante também ressaltar que no seio desse debate nasce a crítica pluralista, informada pelo pensamento liberal-institucionalista, que acredita que o Estado

epistemológicas de ciência que tem métodos próprios e não podem ser aplicados a formas de observação que não correspondam a seus princípios ou interar com outros paradigmas para se observar um determinado fenômeno científico, ou seja, as teorias não dialogam entre si. Já para Lakatos, a ciência não tem unidades epistemológicas fechadas, o que há é um programa de pesquisas, cujo núcleo duro da proposição teórica não pode ser abalado pela heurística científica. A partir de uma construção científica racional, Lakatos defende a incorporação de proposições e o diálogo teórico desde que estes façam com que o núcleo duro do programa de pesquisa se mantenha, pois a própria discussão entre teorias pode fortalecer o programa de pesquisa. Neste sentido, poderíamos considerar o construtivismo uma aproximação teórica de heurística positiva dentro do programa de análise intersubjetiva, pois não se fecha em um paradigma, sendo um instrumento teórico, permitindo-se dialogar com outras disciplinas e métodos e ser aplicado a diversas situações de análise. Para essa discussão, ver Kuhn, 1975 e Lakatos, 1970.

¹⁸ Tal revolução se deu nas ciências sociais de maneira geral, tendo seu núcleo de manifestação nos Estados Unidos. A ideia defendida era a de que as Ciências Sociais deveriam ter um maior rigor na produção acadêmica. As ciências sociais deveriam, inclusive, apropriar-se de métodos semelhantes aos das ciências exatas a fim de garantir maior credibilidade, exatidão e objetividade na produção acadêmica. Nas Relações Internacionais nasce do debate entre tradicionalistas, os quais incluíam os realistas clássicos, e behavioristas, representados pelos cientistas que se ocupavam de temas como a política comparada, estudos com indicadores, enfim métodos que estivessem mais próximos das ciências exatas. Para esta discussão, ver Rosenau, 1969 e Neack et al., 1995.

¹⁹ As maiores referências no realismo clássico são E.W.Carr e Hans Morgenthau. Para debates sobre a criação da disciplina de RI's, ver Banks, 1985 e Smith, 1995.

não é uma unidade fechada e que o interesse nacional pode ter múltiplas faces a depender da interação das instituições do com o ambiente internacional, assim como de seus setores burocráticos e organizacionais (Allison, 1971; Putnam, 1988).

Sob a ótica realista clássica, os interesses dos Estados seriam sempre definidos em termos de poder, os quais esses buscavam aumentar para garantir sua sobrevivência no sistema e sua legitimidade interna por meio da política externa (Morgenthau, 2003). Essa posição teórica indicava que a política externa advinha de uma ação monolítica de um ator monolítico. Os setores internos, os poderes divididos dentro dos Estados, todos esses não eram vistos em suas particularidades, ou seja, não era feita nenhuma discussão sobre diferentes interesses, muito menos identidades internas, os quais pudessem contribuir para a construção da identidade e do interesse nacional. Pelo lado behaviorista, a principal alegação era a que o estudo do comportamento dos Estados deveria ter um método mais rigoroso, deveria haver separação entre sujeito e objeto de estudo e a racionalidade aplicada na pesquisa deveria ser instrumental, mesmo que um método cognitivo fosse admitido. Cabe destacar que o ponto da separação entre sujeito e objeto de estudo, também estava presente nos liberais e nos realistas, mas que o método, para eles, não era o foco de seu programa de pesquisa.

Um ponto interessante que Vendulka Kubáľková levanta é que, mesmo com a separação entre as áreas de estudo discutidas, a análise de política externa e a política internacional continuaram a ser uma espécie de retaguarda acadêmica uma para a outra. Ambas com alto teor descritivo das ações ocorridas no âmbito do Estado e no sistema internacional, sendo que a análise de política externa apenas retirava a política externa de seu contexto mais amplo (Kubáľková, 2001) como se fosse um recorte, um lócus de observação. A política externa seria então um processo complexo e multifacetado, consistindo nas políticas que os governos elaboram para instituir relações com outros governos e para se atingir objetivos, a partir das escolhas políticas, de modo que o internacional e o doméstico ficam nitidamente separados por esse viés.

Ainda que outros aspectos que criticavam o Estado como ator unitário nas relações internacionais fossem incluídos na Análise de Política Externa, a separação entre sujeito e objeto persistia. Durante a Guerra Fria, surgiram algumas perspectivas que incorporavam o cognitivismo (Brecher, 1969; Jervis, 1973) que

salientavam que as ações de política externa e a própria elaboração destas poderiam ser prejudicadas por problemas de entendimento e codificação do significado entre os Estados. Esses ruídos de comunicação poderiam ocorrer na relação entre os governos, entre os vários agentes no interior destes, o que se dava não só no campo doméstico, mas na interação do doméstico com o internacional. Apontou-se, nestas perspectivas, que questões como percepções e falsas percepções, imagens de outros países e ideologias e disposições pessoais de todos os envolvidos no processo de formulação de políticas poderiam influenciar a percepção de uma ação de política externa, de forma que nem sempre a mensagem que se pretendia passar com a mesma, chega ao receptor como o desejado. Fato esse comum em alguns episódios da Guerra Fria - tal qual a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 – que inspirou a formulação de teorias de Análise de Política Externa que incorporaram o cognitivismo. Contudo, mesmo se tratando de percepções, ainda havia um filtro objetivo que separava aquele que percebia daquilo que era percebido, a estrutura e o agente não se constituíam mutuamente sob essa perspectiva.

Nessas visões, as condições materiais, políticas e comunicacionais são o filtro objetivo que vai determinar quais e como as informações chegam aos receptores, o que pode favorecer erros de percepções. Esse filtro por onde os Estados estariam se relacionando e as percepções sendo difundidas e absorvidas, estaria interposto entre agente e estrutura, entre dois agentes, ou entre identidades, por exemplo, sendo ainda uma maneira de se diferenciar a estrutura do processo²⁰. O foco não está em como as preferências se formaram²¹, mas em como as preferências de um e outro ator e o ambiente vão influenciar resultados que nem sempre são os esperados. Nesses casos, a cognição é incorporada ainda com a concentração no resultado, na quantidade de benefício que esse pode gerar ou não pelas falhas de percepção e, não, em como se chegou e se constituiu o mesmo. O resultado, o comportamento final, pode prover uma evidência factual direta que

²⁰ Sendo aqui esta diferenciação colocada nos termos de Waltz (Waltz, 1979) que diz que cabe diferenciar estrutura de processo. A primeira estaria relacionada aos padrões de repetição, passíveis de serem detectados no sistema internacional e a segunda as diferenciações de função que cada possui internamente.

²¹ Esta discussão sobre formação de preferências é um outro debate teórico entre construtivistas e liberal-institucionalistas que não será feita nesta dissertação. Pelo menos, não pelo viés deste debate teórico. Para isso, ver Moravcsiky, 1997; Martin & Simmons, 1998; Katzenstein et al., 1998.

pode ser medida de forma objetiva e usada para avaliar teoricamente as hipóteses derivadas (Kubáľková, 2001).

Quando na década de 80, o construtivismo²² aparece nas Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que se observava o esfriamento da tensão leste-oeste, a idéia não era a elaboração de um método fixo com o intuito de se corroborar uma grande teoria, como era a proposta de Kenneth Waltz (Waltz, 1979). O que se pretendia era perceber como os resultados se constituíram a partir da inter-relação dos atores com a estrutura e dentro desta própria inter-relação que seria, para nós, a fonte, o recurso para se entender a política externa. Diferentemente de Waltz, que diferencia estrutura de processo e aponta que o último não tem importância para entender o sistema internacional, no construtivismo os processos são tão importantes quanto a estrutura. Um está imbricado no outro, e é justamente essa ligação intrínseca que fornece o entendimento da repetição detectada na estrutura por Waltz, mas que também pode nos oferecer material para entender as exceções e como os atributos das unidades – Estados – se relacionam com essa grande realidade que pode ter várias realidades dentro dela.. Trazendo à tona novamente o segundo debate, entre behavioristas e tradicionalistas, aos quais o construtivismo se contrapõe, respectivamente, critica-se tanto a idéia racionalista instrumental de melhor explicar pela simplificação, como a idéia de um interesse nacional único, congelado na política de poder.

Desde o surgimento do construtivismo como alternativa nas RI's, os próprios construtivistas encontraram na separação entre Análise de Política Externa e Política Internacional um ponto de partida importante. Esta separação entre o formulador de política externa, o agente, e a estrutura, sistema internacional, era de extrema importância para os construtivistas. Isto porque o construtivismo surge no seio do terceiro debate²³ das relações internacionais – e

²² Trata-se aqui do livro de Nicholas Onuf, *World of our Making – Rule and Rules in International Relations* de 1989.

²³ Trata-se do debate entre positivistas e reflexivistas. Este debate viria a discutir bases epistemológicas, ontológicas e epistemológicas no estudo das relações internacionais. Segundo Yosef Lapid, neste debate se observa principalmente a separação entre sujeito e objeto, a utilização da racionalidade intersubjetiva para questões sociais, pois as relações internacionais também são relações sociais. Sendo relações sociais, possuiriam a essência, o “ser” subjetivo, o que demandaria uma epistemologia intersubjetiva, logo um método reflexivista. Ver Lapid, 1989; Neufeld, 1995.

passa posteriormente a fazer parte do quarto debate - onde se discutia não só a epistemologia e a metodologia, mas a própria ontologia do estudo das RI's.

Dessa forma, a separação entre Análise de Política Externa e Política Internacional vinha ilustrar a separação nas ciências sociais entre sujeito e objeto na forma de se produzir conhecimento e na própria concepção que se tinha do funcionamento das relações internacionais na prática. Para nós, isto é extremamente importante, pois vem a apontar também para a identidade sendo constituída tanto por dinâmicas internas, como externas. Além disso, é relevante também apontar que a política externa traz esta conciliação entre o agente e a estrutura, entre o interno e o externo, sendo transformada e constituída no limiar do que seja prática e teoria e, por isso mesmo, afastamo-nos das abordagens clássicas da Análise de Política Externa e partimos para as contribuições que as teorias que incorporam a reflexivismo e a intersubjetividade podem trazer para se analisar a construção de determinadas ações de política externa.

Outro ponto a se salientar é que o diálogo²⁴ constante entre agente e estrutura faz com que não haja prioridade de um sobre o outro, o que exclui em nossa discussão considerações sobre abordagens restritas do nível internacional ou do nível doméstico. É importante de colocar isto porque quando se falar em estrutura social ao longo desta discussão buscar-se-á evitar a definição de que a mesma significa padrões de comportamento recorrentes, especialmente àqueles que impõem limites à agência humana. A estrutura aqui estará muito mais relacionada a como as identidades que lidam umas com as outras resultando em uma certa configuração política na prática e no discurso. Até porque as próprias identidades não deixam de refletir configurações sociais, vários tipos de ações ou de visões de mundo, as quais acabam se solidificando em uma rede cognitiva própria que as identifica na relação com outros agentes.

Contudo, a identificação apontada acima vem quase sempre mediante um relacionamento intersubjetivo, no qual agentes com identidades diversas se inter-relacionam em uma estrutura interna, que seria a contextualização das identidades, isto é, dos atores estatais ou do próprio , e de um movimento para fora, onde estas contextualizações se intertextualizariam com outros contextos e com as ações resultantes destes, formando os discursos e as práticas que se perpetram como

identidade no sistema internacional, o que chamamos no capítulo 2 de *intertextualização*. A agência e a estrutura não são distinguíveis, tampouco prioritárias nesta base de observação, embora ambas tenham um lugar definido na metodologia de observação dessa intertextualização²⁵.

O construtivismo tenta superar a tensão entre agente e estrutura²⁶, contudo com vários desacordos sobre como fazê-lo. Mas, o que tentará se mostrar neste capítulo é que a identidade russa se reordenou e isto se tornou perceptível não só pelos resultados observáveis na estrutura pelas novas ações de política externa, mas também pela forma com que esta identidade se constituiu internamente lendo e decodificando esta estrutura internacional por suas “estruturas internas”. Se fôssemos observar comportamentos, apenas os resultados observáveis no sistema seriam suficientes. Contudo, a formulação da política externa russa, ou como a agência russa pode ser manifestada no sistema internacional, é um fenômeno complexo. A complexidade reside exatamente nas diversas leituras que os agentes podem fazer deste sistema, logo as formulações de política externa vão denotar vários sentidos, dado que cada grupo de agentes possui identidades diferentes.

Por isso mesmo, ao analisar a reordenação da identidade russa, achamos pertinente o fazer pelo fim da Guerra Fria, isto é, na interação entre agente e estrutura. A idéia é que a política externa não será formulada apenas com base na intencionalidade e na constituição interna do agente, o russo, mas sim na interação deste com outros agentes e da configuração disto no sistema internacional. Sob a ótica de que há várias identidades operando dentro do Estado e que estas têm leituras sobre outros Estados e sobre a configuração do próprio sistema, nem mesmo a observação estritamente interna excluiria a interação agente e estrutura no âmbito ambiente doméstico e ambiente internacional. A

²⁴ Diálogo, nesta seção, é tratado da mesma forma que a explicada na introdução desta dissertação.

²⁵ Ver capítulo 2, item 2.2

²⁶ Alguns teóricos dizem que ao fazer isto, o construtivismo não questiona a formação teórica tradicional das relações internacionais amplamente baseada no racionalismo. Como aponta Roxanne Lynn Doty este debate e o apontamento para uma estrutura mutuamente constituída só trás uma aporia e não nos ajuda a refletir sobre o que há de problemático na questão. Como colocado no parágrafo acima, trata-se de encarar a construção social não só como constituição entre agente e estrutura, mas como intertextualização entre as formações dos mesmos (Doty, 1997). A concordância com esta crítica aparece nesta tese sob a forma da intertextualização entre os conceitos de agente e estrutura e não só da inter-relação entre estes, conforme em Wendt (Wendt, 1992; 1999).

vantagem de se utilizar o construtivismo para esta análise é que esse considera o agente um ser social, logo suas ações têm reflexos na estrutura. Esta mútua constituição termina então por ser foco de observação para o entendimento da constituição da identidade.

Outra questão a se ressaltar é que os construtivistas não trabalham com a contradição entre as escolhas humanas – agência - e a determinação material – estrutura. Isto é, com a determinação de uma sobre a outra, porque sustentam que as RI's são relações sociais e o mundo material acaba sendo definido por isto também. Pressuporemos, então, que há certas identidades que informam determinadas ações e posicionamentos de política externa que refletem interesses, ao mesmo tempo em que esses interesses são constituídos na inter-relação dessas identidades com o mundo material, as quais se dão nas figuras das instituições, entre as quais incluímos o Estado e a soberania.

O fim da Guerra Fria fortaleceu a concepção construtivista. Segundo esta aproximação teórica, as mudanças no sistema podem ocorrer pacificamente sem que haja mudança do sistema, ou seja, sem que esse deixe de ser anárquico. Isto quer dizer que o sistema internacional poderia deixar de ser bipolar sem que deixasse de ser anárquico através de um conflito nuclear ou da diminuição do poder das superpotências, ou mesmo, sem que se tornasse um sistema hegemônico, sob o domínio de só uma potência. Além disso, um tipo específico de construtivismo, o orientado pelas regras²⁷, aponta que mudanças no âmbito doméstico, refletidas pela política externa de um Estado, podem alterar a percepção dos demais atores do sistema fazendo com que se mude às ações com relação àquele que se modificou. Estas mudanças, sendo todas ocorridas no âmbito da inter-relação, acabam levando à mútua constituição entre agente e estrutura, no nosso caso, entre o ambiente doméstico e o internacional.

²⁷ Cabe colocar que no construtivismo orientado pelas regras, inaugurado por Nicholas Onuf em 1989, a agência tem grande importância. Os Estados não se comportam apenas de acordo com as normas aprendidas pelo sistema internacional, o qual estes próprios teriam ajudado a construir. Pelo contrário, os recursos internos, as regras internas e os recursos domésticos destes são fundamentais na relação que se tem com o internacional e na forma em como as normas internacionais seriam apreendidas e transmitidas para o ambiente internacional. Os agentes têm então importância central nas ações que desempenham em relação à estrutura e as consequências destas ações na estrutura terão ação direta na constituição dos agentes. Contudo, cabe também lembrar que a agência é muito mais ampla que indivíduos. A agência se refere, por exemplo a instituições, que nessa visão são conjunto de práticas discursivas que perpassam a leitura e o comportamento de atores. No âmbito da política externa, este ponto é mais bem discutido por Vendulka Kubáľková e Steve Smith no livro *Foreign Policy in a Constructed World* de 2001.

Na linguagem que buscará se consolidar ao longo do trabalho, esta mútua constituição levou à dissolução gradual e pacífica, ao menos aparentemente, da URSS. Este mesmo movimento trouxe uma nova configuração do sistema a partir da reordenação da identidade de um , e vice-versa, que contribuía para sustentar a estrutura bipolar do sistema internacional. Sendo assim, neste processo de co-constituição, os Estados começam a ser vistos não só pelo que podem fazer de acordo com as capacidades relativas e a posição que ocupam na estrutura²⁸, mas também pelas ações que poderiam realizar de acordo com como se vêem em relação aos outros Estados (Kubálková, 2001, p.33).

Neste sentido, neste capítulo, a teoria construtivista servirá para que se entendam as novas bases de atuação do Estado, sob a forma da política externa, refletindo novas formas de percepção e pensamento advindas de novas constituições da identidade nacional. Estas constituições abastecerão a idéia da política externa como pronunciamento²⁹ por onde se acredita poder detectar como o internacional e o doméstico estariam se relacionando. Acredita-se, então, que estas constituições poderiam fornecer recursos para se entender como o primeiro poderia estar incidindo sobre o segundo em ações e arranjos internos. Da mesma forma, a constituição da identidade nacional pode mostrar como os arranjos domésticos poderiam estar contribuindo para a formação de visões sobre o internacional, logo para a formulação de política externa.

A partir da análise de algumas narrativas que permearam o fim da guerra fria e as ações da Rússia a partir de então, a idéia, neste capítulo, é mostrar qual narrativa sobressaiu e o lugar que a política externa teve na constituição desta narrativa. Esta mesma narrativa vai refletir a atuação de atores sociais que agem de acordo com a identidade que possuem. Estes mesmos atores podem ter a identidade oprimida pelo arranjo político que se dá no interior do de acordo com a inter-relação com os demais Estados. Como a discussão feita nesta dissertação tem como um dos objetivos observar como a política externa contribui para a constituição da identidade nacional, entender a reordenação da identidade russa no

²⁸ Para esta posição teórica ver (Waltz, 1979), na qual os Estados não importam por como se constituem ou pelo que são internamente, mas pela posição que ocupam na estrutura.

²⁹ Cabe lembrar que prática e discurso aqui representam o mesmo, pois o discurso serve para chamar a atenção para a como a prática se ordena e as práticas são base para a formação do discurso, refletindo as formações sociais, políticas e os tipos de ordenamento de poder que a permeia. Para essa discussão, ver Foucault, 2004.

pós-Guerra Fria será tentar compreender a atuação da política externa nesta reordenação com a prevalência de uma identidade nacional frente a outras e com a conseqüente exclusão dessas últimas.

3.1.

Conciliação e Constituição: a formação da identidade russa no fim da Guerra Fria

Com o exposto na primeira parte do capítulo, espera-se ter explicado a utilização do construtivismo para explicar a questão da mútua constituição entre agente e estrutura e o lugar da política externa nesta inter-relação. Acredita-se que uma análise focada nas identidades deve ser desenvolvida por uma racionalidade intersubjetiva a fim de se entender como se dão as relações sociais e o estabelecimento destas. O entendimento da construção da identidade russa através da política externa do Estado russo virá a reiterar não só o argumento da não separação entre ambiente doméstico e internacional, mas também aquele de que as relações internacionais são relações sociais e que no interior dos Estados há identidades sociopolíticas outras, que não só as nacionais.

Além disso, pretende-se demonstrar a partir dessa reflexão a importância de um *Outro externo* na constituição da identidade por meio da política externa e, também, as leituras que se tem deste elemento exterior a partir de elementos internos. Por esse ângulo, o sistema internacional é importante da mesma forma que as fontes internas de recursos, idéias, setores e organizações internas ao Estado, no caso o russo, a se formar pelo fim da Guerra Fria. Tanto na política internacional como na política doméstica, os atores reproduzem ou alteram os sistemas por suas ações.

O sistema internacional não se modifica e, nem mesmo, existe a partir de uma estrutura dada, imutável. Da mesma forma, as estruturas domésticas também se reproduzem pelas ações dos atores e pelos resultados destas em consonância com ambiente em que se realizam, as quais se interpõem em vários relacionamentos entre múltiplas identidades que refletem dinâmicas institucionais e estruturas de poder que as constituem (Neumann & Williams, 2000, p.360). Isto quer dizer que dentro de um Estado não existe apenas uma identidade que reflete um único poder institucional ou uma única forma de atuar, tampouco no sistema internacional, são as relações e as respostas dadas a estas que criam novos

relacionamentos que acabam por constituir a realidade que podemos observar. O observável no campo político e social não é uma estrutura dada, é resultado de várias relações sociais que prevalecem se constituem como práticas legítimas codificadas intersubjetivamente pelos atores políticos sociais. Mediante a absorção da prática, esta se torna linguagem comum e contribui para a permanência e reprodução da estrutura.

As mudanças fundamentais no sistema internacional se dão quando os atores, por suas práticas, mudam as regras e as normas constitutivas da interação internacional, passando a ser modificados pela absorção da mesma mudança, pela assimilação da nova prática. Por isso mesmo, é importante fazer uma retrospectiva de como a Guerra Fria teve fim por uma mudança no nível do sistema em consonância com a mudança das relações que a URSS obteve frente a este movimento, internamente, na constituição de sua própria identidade. Segundo Kubáľková, o Novo Pensamento Soviético (Soviet New Thinking) foi uma demanda interna do soviético a fim de reestruturar as estruturas sociais e políticas corrompidas e corroídas pelo regime stalinista (Kubáľková, 2001). Esta mudança teria trazido um novo sujeito cognato³⁰ russo, permeado por um novo mapa cognitivo adquirido por meio de novos relacionamentos, de novos diálogos.

A demanda interna para a mudança do mapa cognitivo se deu por uma maior aproximação com o Ocidente, principalmente com a Europa, com a incorporação de valores como democratização e respeito aos direitos humanos. Contudo, cabe lembrar que tal mudança no mapa cognitivo só foi possível devido à interação com o ambiente internacional e, somente a partir disso, tornou-se plausível um novo convívio social na política internacional, resultando no fim da Guerra Fria. Dessa maneira, a Rússia se tornou não só um novo sujeito cognato, mas também um novo sujeito cognoscente³¹. Gorbachev e parte do corpo político que o apoiava foram os grandes ícones da abertura soviética em relação ao sistema internacional a partir da Glasnost (política de transparência) e outras medidas, as quais ficaram conhecidas em seu conjunto como Perestroika.

³⁰ Sujeito cognato aqui tem a mesma definição que na psicologia cognitivista. O sujeito cognato é aquele que é identificado, é a imagem e a definição que se tem para um determinado sujeito a partir do processo de cognição, ou seja, de apreensão sobre a informação que está chegando ao outro sujeito, que apreende, que é o sujeito cognoscente.

³¹ Ver nota anterior.

Contudo, antes de colocar o que representou a Perestroika para a reordenação da identidade russa no fim da Guerra Fria, cabe colocar como esta mesma identidade se constituiu ao longo deste período. A identidade russa durante a Guerra Fria foi construída, de maneira geral, por influência da questão da luta de classes. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o mundo dividido em dois blocos que representavam duas visões de mundo, o capitalismo e o socialismo, a identidade do homem soviético começa a se consolidar de acordo com a definição do marxista-stalinista soviético (Hopf, 2002, p.41). E essa identidade, a princípio restrita a idéia do planejamento de um Estado proletário, acaba sendo incorporada ao cotidiano dos cidadãos soviéticos de maneira *sintática*, respondendo a um ordenamento hierárquico desse que determinava quem o cidadão era pela posição dele e a função que desempenhava no todo. Isto significa que a identidade conferida e apreendida cotidianamente pelos indivíduos e por grupos de indivíduos estava diretamente relacionada à posição que estes ocupavam no processo produtivo. A posição, relacionada à hierarquia, refletia a sintática, a relação de dominação entre os indivíduos. O processo produtivo seria o que conferia a substância, a essência e a classificação, e transportava o significado do homem soviético ao significante - cada cidadão - a partir do processo produtivo.

Esse processo produtivo que definia as identidades também determinava o tipo de relação que as classes tinham entre si. Como a idéia de classe também operava sintaticamente, o pertencimento a uma classe era guiado por relações de subordinação e hierarquia. Quanto mais afastado o indivíduo estivesse da classe operária ou daqueles que eram os articuladores e membros importantes do Partido Comunista Central e seus dirigentes, a Nomenclatura, mais sujeito estaria à opressão política e social. Não importava o que os indivíduos eram em suas vidas particulares e, sim, em sua vivência de classe e para a classe a que pertenciam. Nas palavras de Ted Hopf:

The working class, peasantry, bourgeoisie, and intelligentsia were identities with substantive meaning. But class also operated syntactically, demanding that individuals and groups be related to one another in a hierarchical and binary fashion. Class identities were hierarchical in that the working class was at the apex of revolutionary potential, followed by its ally, the peasantry, and then, not so closely, by the working intelligentsia and petit bourgeoisie. (...) The working class was not simply different from the bourgeoisie; they were diametrically opposites. One cancelled out the other; an individual could not be both or a little of each. Either an individual was a worker or he was not. Either an individual was a bourgeoisie or she was something else. An individual could not be a

bourgeois worker. Ambiguity, uncertainty, temporization, or just plain irrelevance was not allowed for anyone subjected to class analysis. The two factors together produced an identity, both binarized and hierarchical, arrayed along a metric of progressive and regressive, good and bad, friendly and hostile and permitting no escape from a fixed classification (Hopf, 2002, p.41).

A identidade era constituída então a partir da oposição e da destruição de outras identidades que não correspondiam à identidade do homem soviético. O binário burguesia-proletariado apagava todos os Outros, todas as outras identidades que operavam na URSS. A relação de hierarquia e de sintaxe, onde há a subordinação ou a coordenação de uma identidade considerada mais representativa sobre outra, movia as relações sociais e políticas e as próprias definições pessoais. A classe estava acima do sentimento nacional, étnico e das identidades individuais que eram reprimidas pela violência institucionalizada do Partido Comunista Central. Contudo, mesmo que a classe estivesse acima de todos estes fatores, cabe lembrar que a formação da identidade russa desde a Revolução de 1917 estava ligada ao afastamento da idéia de tradição – entenda aqui a lógica do czarismo e do feudalismo - com a inclusão da idéia de modernidade – progresso - na representação política e social russa. A modernidade, que seria um outro eixo da identidade do homem soviético, também é fundamental para se entender a estrutura de hierarquização e binarização da identidade russa durante a Guerra Fria. Ainda segundo Hopf:

The Soviet Project was one of the most modern endeavors of the twentieth century, along with fascism and liberalism. Rational, secular, industrial, material, supranational and ahistorical, the construction of socialism in the Soviet Union was supposed to confer a modern identity on all Soviets. Modernity, like class, offered a hierarchical ordering principle- from primitive to modern. (...) individuals, nations and countries were understood to be somewhere on the path to modernity, with the Soviet Union and the capitalist West being furthest along the road. The discourse of modernity comprised three identities: religion, the relationship between town and country, and the relationship between the Moscow center and the periphery. Being modern could not be separated from an individual's class identity. The closer an individual came to proletarian status, the more modern he was (Hopf, 2002, p.45).

Mesmo que se diga que a modernidade para os soviéticos não estava calcada em um binário, como o próprio autor citado colocou, ser moderno não poderia estar separado da identidade de classe do indivíduo, até porque a força impetrada pelo Partido Comunista Central fazia com que os próprios soviéticos já se entendessem sob a leitura de classes a fim de se autopreservarem. Essa não

separação envolvia o fato de ser comunista em última instância, o que significava estar afastado de idéias religiosas e pré-modernas, tais como possuir uma identidade ligada a uma etnia específica, a uma religião, à periferia ou à produção rural. Todo este afastamento se refere à tentativa de se afastar da tradição russa, da idéia de nobreza, de privilégio para bem poucos, da identificação com o que já se nascia com e, não, com o que se construía pela produção. Dentro da URSS, o modo de produção era a economia planificada socialista, a religião era a Ortodoxa - embora os comunistas procurassem se afastar de qualquer prática religiosa - e o centro era Moscou, urbanizado e industrializado.

Kratochwill e Koslowski colocam que uma questão importante para entender a mudança no sistema soviético pelo viés doméstico é que os observadores ocidentais ao projetar conceitos e imagens do passado na realidade soviética falharam em captar a modernidade radical do sistema totalitário soviético (Koslowski & Kratochwill, 1995). Como apontado, nesta modernidade radical a teoria marxista-leninista teria tido papel fundamental na constituição e na reprodução do que seria este novo homem soviético. Os autores chamam a atenção para o fato de que a transformação soviética tornou as pessoas objetos descartáveis na reprodução do sistema totalitário (Koslowski & Kratochwill, 1995, p.140). Esta objetificação das outras identidades fora do socialismo destruiu os demais laços sociais, as organizações sociais e culturais e qualquer tipo de organização profissional revogando direitos civis e confiscando propriedades privadas. A legitimidade neste caso poderia ser questionada dada a forma de organização social que foi imposta às demais repúblicas da URSS aos outros Estados. Além disso, minar os laços sociais pregressos foi uma maneira *de tornar a conversão à religião do sistema progressista* a única escolha.

A dialética marxista não estava presente apenas na política praticada de acordo com os preceitos deste pensamento político. A idéia da síntese decorrente da luta entre tese e antítese parecia se tornar clara com a formação do homem soviético, com a formação da identidade soviética na Revolução de 1917, a qual sanava os problemas e contradições da forma de produção capitalista na síntese da identidade do homem como o proletário, como o membro de uma classe. Essa síntese surgiu da tentativa de administrar o conflito entre classes no interior da sociedade russa antes de 1917. O antagonismo foi suplantado, teoricamente, pelas novas diretrizes do marxista-stalinista soviético e se diluiu na identidade

sintetizada do homem soviético que via como outros aqueles que não possuíam a mesma identidade. Este discurso era utilizado para manter a coesão do homem soviético e a relação sintática da função dentro da classe, mas, na prática, a violência do órgão fiscalizador do partido, o Politburo, era o que prevalecia. A constituição da identidade por questões de classe abafava parte das diferenças étnicas e nacionais na URSS. A industrialização - a idéia de modernidade atingida pela produção e crescimento - formou na URSS, uma classe proletária que possuía uma identidade de classe que transcendia a nação, pelo menos aparentemente.

Dentro desse contexto do que era ser moderno, a periferia, a burguesia, as religiões, que não a Ortodoxa, e etnias da Ásia Central e do Cáucaso Norte eram os Outros internos na URSS. A identidade russa era a que prevalecia na URSS e o diálogo que se colocava com outros s, a política externa soviética, não refletia apenas às identidades de classe do arranjo supranacional soviético. Por mais que se tentasse afastar da idéia de um passado, como bem aponta Hopf, e se estivesse de frente a uma modernidade radical, como salientam Koslowski e Kratochwill, a identidade soviética e a política externa também estavam ligadas à idéia de uma nação russa³².

A formação da URSS não podia descartar uma identidade sobre a qual se basear além da identidade de classe que era algo, sem origem, sem história. A idéia de nação na URSS vinha carregada do passado imperial russo, o que afetou as relações do soviético de acordo com as relações que os russos àquela época tinham com os outros povos eslavos e outros países. O entendimento que se tinha da identidade nacional russa afetou a construção do relacionamento com os outros, principalmente com os Outros internos, como é o caso da Chechênia. Neste caso, a diferença passou a ser incorporada em movimentos de submissão e hierarquia, assim como na leitura da identidade soviética pelo viés da *classe* e da *modernidade*.

³² É importante ressaltar que a discussão sobre tradição e modernidade russa, assim como em um âmbito geral, não é a intenção deste trabalho, dado que o foco de pesquisa é mesmo entre 1999 e 2001. Não que a discussão sobre modernidade e tradição não permeie toda a formação da identidade russa, como veremos mais à frente com a constituição de novas identidades a partir da diferenciação de discursos no pós Guerra Fria, no período que a dissertação se compromete a analisar.

It has been argued by many historians of nationalism that every nation needs a usable past. But could be a useful Soviet past? Because of its identity as modern supranational phenomenon, it could not look back to any particular native territory or primordial creative myth. The soviet union was the product of a revolutionary ideology, a vanguard party, and a victorious alliance of peasantry and proletariat. There was no usable past prior to the great october socialist revolution of 1917 – at least officially. But in fact, the usable past that was continually invoked in 1955 to situate the soviet union was the russian past. This social practice of reproducing a russian historical identity is more central to the triumph of the present system than any non-russian contribution manifested in many ways (Hopf, 2002, p.55).

A prática social de reprodução da identidade histórica russa a qual Hopf se refere é bastante importante para entender não só a construção da identidade soviética na formação do novo homem soviético, como também para entender o posicionamento desta identidade em relação à Europa Ocidental e Oriental no momento de distensão com o bloco capitalista. Isto porque desde que era conformada como um império, a Rússia se via como Europa original, preservando as raízes do nacionalismo romântico que serviu para conformar os europeus durante o século XIX. Segundo Iver Neumann, a Rússia trazia em seus relacionamentos com a Europa a idéia de também ser Europa, mas uma Europa pura, longe das influências capitalistas e da política Atlanticista formulada a partir da relação com os EUA (Neumann, 1996), o inimigo, o Outro Exterior direto pela leitura da identidade de classes. Nesse sentido, mesmo em sistemas fechados como era o socialismo russo, um Outro externo, era importante para se formular o EU, assim como os Outros internos, como veremos mais à frente.

Durante a Guerra Fria, a existência de um *Outro exterior* capitalista em contraposição ao Homo Sovieticus foi fundamental. Com o Outro externo capitalista refletido no modo de produção consagrado pelos Americanos, a Europa passava a ser um espaço estratégico para a política externa russa na constituição da identidade interna. Para Neumann:

The idea that false, bourgeois cosmopolitan Europe is ‘Marshallised’, and the juxtaposition of Europeanism and Americanism – that is, Atlanticism – has joined the former ideas about morally inferior Europe whose very decadence nevertheless may be alluring to the Russian whose is not sufficiently vigilant. (...) The ‘Marshallisation of Europe and the rise of Atlanticism as dominant themes of the Russian debate, growing as they do out of the effect of the Second World War on the distribution of power in the international system, pose the problem of how

to understand the expression “The West’ the russian political debate. (...) at the time of the November coup people like Lenin compared Russia to the West and North America, thus indicating that the USA was a relevant category for comparison, yet distinct from the ‘West’, which could still be taken to mean Western Europe (Neumann, 1996, p.97).

A Europa aparece então como o interlocutor direto no diálogo que a Rússia tinha com o Ocidente. Não só no diálogo, como na própria idéia que os russos formavam sobre si próprios e na participação que o ocidente tinha na constituição da identidade. O continente europeu representava o berço das idéias de modernidade que os governantes esperavam incorporar para a construção de uma Rússia moderna, simbolizada na própria constituição da URSS, ainda em 1917, embora quisesse se afastar da idéia de nobreza. Neste sentido, os russos acabam se vendo também como Ocidente. Contudo, como a citação mostra, havia a idéia de uma Europa inferior, decadente e desigual desde antes da Revolução russa que acabou sendo ligada à aliança com os EUA no fim da Segunda Guerra pelo Plano Marshall e pela formação da OTAN. Dessa forma, a idéia de superioridade da nação russa se ligou ao discurso soviético de lutas de classe, binarização e hierarquia que norteou a configuração da identidade russa a partir de 1945.

Com a formação do homem soviético baseado nesta tríade - classe, nação e modernidade – a diferença era lida a partir desta constituição identitária, logo a política externa também era formulada com base na produção deste *Outro* (Shapiro, 1988). A produção do outro pode ser observada na política externa à medida que este vai estar excluído ou negado das ações e formulações, tanto quanto mais afastado estiver da formação da identidade interna. Contudo, esta mesma identidade interna precisa de um *Outro* para constituí-la, seja por assimilação, submissão ou co-constituição. No caso da identidade soviética ou russa, conforme explicado, a mesma se constituiu tanto pela assimilação de um passado, como pela submissão de outras identidades de acordo com este passado e de acordo com a lógica de síntese da modernidade. Além disso, acredita-se poder colocar também a co-constituição pelo tipo de orientação que se tinha sobre o *Outro externo* por uma leitura na base do binário amigo-inimigo.

Obviamente que a conciliação entre interno e externo fica muito mais clara a partir do relaxamento das relações com o ocidente, porém a política externa, por mais que formulada em uma lógica bipolar, refletiu a interação que o ambiente doméstico tinha com o internacional. Esta interação fica mais clara com a

reordenação da identidade russa que se inicia desde a morte de Stalin, com a entrada de Krushev, com o aumento das relações Estado a Estado (Neumann, 1996; Hopf, 2002). A abertura não significou possibilidade de relação aberta das repúblicas pertencentes à URSS ou dos países da Europa Oriental com o bloco capitalista. Pelo contrário, embora estivesse havendo incorporação de idéias as quais mais tarde iriam influenciar na movimentação da sociedade civil e na Perestroika, estes países eram extremamente importantes na conservação da URSS como nação superior, por isso se chamou a atenção para a relação identitária com a Europa.

O afastamento em relação aos arranjos políticos internos encontrados na periferia em processo de descolonização não constituiu ameaça à identidade soviética, pois não havia associações da essência desta periferia com a idéia de superioridade representada pela Europa. A diferença não impedia que a periferia continuasse a ser área de influência soviética. Contudo, a flexibilização em sistemas políticos do leste europeu em relação ao sistema soviético poderia ser ameaça direta ao socialismo real, podendo significar dissidência (Hopf, 2002, p.55).

A dissidência, tão perigosa para a manutenção da identidade soviética e russa, tentou ser contida por formulações de políticas internas que não deixavam de ser tentativas de se definir as fronteiras com o externo em ações de política externa (Campbell, 1992)³³. Por tudo isso, compartilha-se nesta discussão tanto da idéia de Neumann de aproximação com a identidade européia prévia à URSS, como com a colocação de Kratochwill e Koslowski da revogação da Doutrina Brezhnev³⁴ como fator acelerador da dissolução da URSS e do fim da Guerra Fria (Kratochwill & Koslowski, 1995). A revogação de tal doutrina através de outra em 1988, denominada Doutrina Sinatra, proporcionou uma relação mais

³³ Este raciocínio é desenvolvido no capítulo 4 desta dissertação.

³⁴ A doutrina Brezhnev idealizada pelo então líder do Partido Comunista, Leonid Brezhnev, a partir de 1968, foi na realidade uma tentativa de manter a URSS como uma superpotência contendo a independência política que estava surgindo no leste europeu – um exemplo foi a Hungria em 1956 -, a partir do endurecimento de acordo com as normas do pacto de Varsóvia. Na primavera de Praga em 1968, a URSS ofereceu apoio ao governante checo sob a forma de represália militar a fim de conter a entrada de outros políticos que não os coordenados pelo Partido Comunista na política local. Estava implícito na doutrina que a liderança da URSS no bloco de países socialistas reservava a esta o direito de definir socialismo e capitalismo. Na prática, significava que nenhum país poderia deixar o pacto de Varsóvia ou abalar a liderança do Partido Comunista na liderança política dos Estados membros.

harmoniosa com a flexibilização da atuação de partidos, além do comunista, na política interna.

Desde Brezhnev, especialmente a partir da década de 60, várias mobilizações começaram a ocorrer no interior da URSS. Tais mobilizações incluíam a maior atuação da sociedade civil, a qual reivindicava melhoria da situação sócio-econômica e maior participação política, além de mais independência em relação ao centro (Moscou). Sendo assim, a Doutrina Sinatra também foi formulada a fim de garantir a permanência do partido comunista e a perpetuação do regime socialista frente à aquisição de maior legitimidade do centro frente às repúblicas ou aos países parte do regime comunista (Kratochwill & Koslowski, 1995), principalmente os da Europa Oriental.

Por assim dizer, as mudanças fundamentais na política internacional ocorrem quando crenças e identidades dos atores domésticos são alteradas, alterando assim as regras e as normas que constituem suas práticas políticas. A URSS começou a ter suas práticas políticas alteradas na medida em que Gorbachev começou a implantar medidas de flexibilização política no interior do soviético. Tais práticas passaram a ser vistas no ambiente internacional como a imagem de uma nova URSS e estas aconteceram concomitantemente com mudanças no sistema em si, assim como foram catalisadores para estas mudanças. Ao mesmo tempo, ocorria a Perestroika que foi implantada com o objetivo de trazer reestruturação econômica com a abertura do mercado soviético para se posicionar melhor no sistema internacional.

A maneira como o Estado incorporou as normas advindas do sistema internacional, seja as absorvendo ou as modificando de acordo com a estrutura de regras internas a partir de diferentes respostas às instituições estatais, acabou resultando em uma representação externa e constituição interna diferentes das que tinha havido até então. Cabe ressaltar que este movimento é mais complexo do que a cognição, porque tanto ambiente internacional e doméstico participam do processo de formação do entendimento, sendo influenciados pelas relações sociais que os cercam. O filtro objetivo, que podíamos observar na perspectiva cognitivista separando o ambiente em que a informação se difundia do sujeito que a apreendia, não existe nessa perspectiva.

Um dos argumentos desta dissertação começa a aparecer frente à questão apontada sobre a nova representação externa e a nova constituição interna. Isto

porque se argumenta que a política externa é a linguagem do internacional, logo o canal onde se pode observar as ações sociais e constituições que fazem um Estado ser reconhecido no sistema internacional. Além disso, parte-se da idéia que a política externa é também o canal por onde o próprio Estado se organiza internamente a partir de uma imagem a projetar com o objetivo de lidar com outros Estados. A partir disso, pode se concluir que é uma via perceptível de organização e ação social interna que acaba por definir a identidade que corresponde ao Estado em questão, não só em sua representação interna, mas também na externa. Por ser linguagem do internacional, nos termos apontados no capítulo anterior, a política externa concilia a separação entre os níveis doméstico e internacional na análise.

Em termos práticos, desse ponto de vista, a decisão de Mikhail Gorbachev de revogar a Doutrina Brezhnev em 1988 reverteu a tática comunista de conquista política, revertida para a unidade interna, para a tática de legitimidade e credibilidade, própria do Ocidente (Neumann, 1996). A mudança na prática política de um dos mais importantes atores sociais no sistema internacional levou ao desenvolvimento de certas convenções similares àquelas do sistema de Estados europeu antes da divisão do mundo nos blocos socialista e capitalista. Prevaleceu a concertação para impedir a desintegração que na URSS, começava a ocorrer de dentro para fora, no sentido de que as falhas domésticas estavam extravasando para as áreas de influência, de grande influência na constituição interna soviética.

Externamente, o conjunto de medidas econômicas de Gorbachev, a Perestroika³⁵, apareceu principalmente sob a forma do multilateralismo, com a participação da Rússia em organizações multilaterais e mesmo em cooperação com blocos regionais. Neste caso, está o Acordo de Parceria e Cooperação firmado com a União Européia em 1994 que estabeleceu um recorte institucional possível para o diálogo entre Europa e Rússia no nível econômico, político, de segurança etc com o objetivo principal de fortalecer a democracia na Rússia.

³⁵ Reforma do sistema político e financeiro da União Soviética proposta por Leonid Brezhnev em 1979 e realizada entre 1985 e 1991 por Mikhail Gorbachev (Holanda, 1999).

Internamente, a Perestroika, sob a forma da Glasnost³⁶, mostrou-se um caminho para a ocidentalização, o qual fortaleceu o crescimento de uma identidade vinculada ao liberalismo. Este movimento não foi totalmente aceito e identidades ligadas ao nacionalismo e a idéia de unicidade russa também começaram a operar nas atividades políticas. Com isso, já pode se notar uma mudança na ordenação da identidade soviética que passa a incorporar mais do que apenas um discurso. A identidade russa pós-Guerra Fria possui uma variedade maior de eixos para as leituras da nação, classe, modernidade, que eram entendidas exclusivamente pela interpretação da dialética da luta de classes. O *Outro externo* passa então a fazer parte do *Eu* de maneira legítima.

Bolshevism's structural similarities to nationalism stand out with particular clarity when compared to the liberal position, where the line between 'us' and 'them' is not clearly clear-cut, and where the image of the political unit is not organic, but mechanical. Rather than postulating conflictless harmony between the party and the masses or the state and the nation, the liberal position sees politics as a game involving three units – individual, society and the state. Each of these may have conflicting interests, and some degree of conflict is legitimate. Moreover, the social contract is not seen only as the starting point of politics, but as the matrix on which it is played out: for communists and nationalists, the leading role of the party/the state is a given, whereas liberals refer to the *Rechtsstaat* as the political master principle. In order to keep the always latent conflicts in check and secure a certain degree of harmony, the state should be a *Rechtsstaat*, where – to use Spinoza's classical formulation – the King's documents should take precedence over the King's will. In other words, the state should guarantee and implement a state of law where written, non-retrospective rules regulate relations between as well within state and society. The latter should be a civil society, that is, it should to some extent have an existence independent of the state, in the economic as well as in other spheres. The individuals constituting society should have rights guaranteed by the *Rechtsstaat*, and should have the opportunity to participate in the organization of civil society (Neumann, 1996, p.171).

A citação esclarece o tipo de reordenação da identidade russa e a representatividade que a idéia de maior participação da sociedade civil, quebrando a identidade lida pelo eixo da classe, teve no novo posicionamento soviético. A incorporação da idéia ocidental do democrático como mediador da sociedade civil e garantidor de direitos vem de encontro à idéia da modernidade radical do soviético como provedor do único Eu na URSS, ligado à herança do passado da

³⁶ De acordo com a definição do Dicionário Aurélio, a qual julgamos a menos enviesada, na antiga União Soviética, relativa abertura, a partir de 1985, nas normas políticas vigentes até então, com maior divulgação das atividades governamentais e abrandamento da censura, levada a efeito por Mikhail Gorbachev; a ela seguiram-se a reabilitação dos dissidentes, a liberdade de culto, etc.

nação russa. A ligação com o passado, a partir da abertura, passa a estar relacionada à idéia de ocidentalização da qual a Rússia fazia parte antes do endurecimento do regime. A configuração interna começa a ser arranjada no diálogo direto com o ocidente na imagem da Europa, sendo que a linguagem utilizada por este sujeito é enxergada como a própria linguagem, logo como parte do Eu, ocorrendo aproximação e reconhecimento entre os dois sujeitos (Bakhtin, 1986).

Para Kubálková este caminho para a mudança já existia mesmo antes de Gorbachev, mas a produção teórica e política que vinha a desafiar o centro – Moscou - era marginalizada e não influenciava a visão de mundo dos líderes e formuladores de política. Contudo, isto não quer dizer que a pressão da sociedade civil e da classe intelectual não tenham tido influência na formação da linguagem disponível para se conceber o ambiente político. Esta linguagem não ficava aparente porque não se refletia na praxis, o que não possibilitava a ocorrência de novas práticas sociais. As identidades que refletiam esta linguagem estavam objetificadas na prática social e política como Outros definidos por oposição às identidades que tinham sentido e substância na constituição da identidade soviética.

As outras identidades que operavam no interior da URSS começaram a ficar visíveis com a estratégia de Gorbachev de diminuir o impacto da perda de legitimidade do Partido Comunista Central no Leste Europeu e nas próprias repúblicas soviéticas que se deu exatamente pelo aparecimento de condições favoráveis para estas se pronunciarem. Houve a mudança do parâmetro de opressão para o de aceitação social, legitimidade e credibilidade. Diferentemente de Nikita Krushev, Brezhnev e Andropov, Gorbachev e seus assessores, perceberam que a reforma só teria sucesso quando atores domésticos e internacionais estivessem motivados a colaborar nas arenas políticas e econômicas sem ameaças de repressão pela força.

O fracasso da economia planificada e fechada possibilitou o crescimento da sociedade civil e da resistência organizada. Sob estas condições favoráveis, manter o domínio no Leste Europeu por meio da força, tornou-se inviável econômica e politicamente, ameaçando a continuação da Perestroika na própria União Soviética, por isso mesmo o relaxamento. Nesse momento, incorpora-se a idéia de multilateralismo, em franco crescimento na Europa, onde os Estados

poderiam colaborar com o maior número de parceiros possível, ao mesmo tempo, sob a influência de regimes que facilitariam a cooperação em temas específicos, fazendo com que os Estados lucrassem mais dentro desse arranjo (Tussie, 2001).

Somando essa noção de cooperação voluntária que faz com que o Estado melhor responda às necessidades de um ambiente de interdependência econômica à organização e a resistência da sociedade civil, assim como ao surgimento de novas correntes de pensamento dentro do próprio Partido Comunista Central, o interesse soviético começa a ser modificado. Essa modificação ocorre de acordo com a reformulação da identidade, que incorpora novos conceitos, e o movimento de abertura passa a ser aceito pelos dirigentes da URSS, na medida em que os países do Leste Europeu poderiam continuar a ser aliados dos soviéticos em arranjos multilaterais com a Europa, em contraposição à antiga política externa de correlação de forças e de alianças militares. Entretanto, cabe ressaltar que, no início, esta política externa era praticada em dois níveis porque o Leste Europeu não era ainda o Ocidente com o qual a URSS pela leitura da nação russa se identificava. Esta região ainda estava em condição de objetificação com a possibilidade de ser submetida à assimilação ou ao domínio pela Europa ocidental.

Um movimento claro para simbolizar a aproximação da URSS com a Europa e a idéia de que as duas pertenciam à mesma base substancial de identidade é que, com a dissolução, a política externa apontava para a necessidade de participação ativa na comunidade internacional. Mais particularmente, havia o desejo de penetrar nas comunidades que representassem a identidade comum européia da qual a URSS esperava se aproximar a fim de se igualar à idéia de Nacional moderno europeu. A comunidade internacional era para Gorbachev, à época da Perestroika, não somente a soma dos s reconhecidos de acordo com o Direito Internacional, mas a coleção de s participando do arranjo multilateral de instituições características do pós-guerra (Kratochwill & Koslowski, 1995).

A reunificação da Alemanha demonstrou claramente a incorporação do multilateralismo à identidade soviética pós-dissolução. Ao aceitar uma solução negociada para a configuração da Alemanha após a reunificação, a qual era uma das mais importantes áreas de influência soviética, os líderes da URSS deixaram clara a decisão de fazer parte da identidade européia. Até mesmo as respostas às ações norte-americanas por ocasião do colapso da URSS e os objetivos declarados

de política externa demonstraram que a mesma não agia mais de acordo com o potencial para ganhos relativos dentro do sistema internacional. O estabelecimento de um diálogo com o Ocidente fortaleceu uma nova lógica de operação dentro deste mesmo sistema. As posições de superioridade deveriam ser mantidas agora de uma outra maneira, outros *Outros externos* deveriam ser estipulados de acordo com a linguagem adquirida do sistema internacional e não somente pela ameaça à desintegração soviética. Novos conceitos do que era o inimigo começam a surgir no sistema internacional, tal como ilustra a preocupação como terrorismo e a própria consolidação desse termo. O terrorismo passa a ser o parâmetro para a definição do inimigo de uma forma geral e para a associação disso com os *Outros internos* ao Estados, que acabam ligados a esse conceito e transformados em ameaça não a um Estado específico, mas a toda ordem internacional.

A partir da observação dessa nova linguagem, dá-se um novo rumo para o entendimento das identidades no interior da Rússia, antigo centro da URSS. As instituições internacionais, na leitura do que chamamos multilateralismo, passam a ser sujeitos centrais para o entendimento do funcionamento da Rússia após a dissolução. O tipo de regra incorporado socialmente por uma instituição determina e oferece a constituição a maneira como o significado está regulado. Em regras assertivas, isto é, aquelas que se referem ao que se pode fazer, como foi o caso da Rússia em boa parte dos anos 90, adapta-se um pouco à regulação do *Outro exterior*. As regras não deixam então de ser atos discursivos repetidos, por isso falar é fazer e à medida que se fala ou se age cada vez mais em cima de uma regra, esta realmente se torna uma regra, mesmo quando ainda não o é (Onuf, 1989). A política externa russa passa a incorporar as regras internacionais e as reproduzir internamente, solidificando novos rumos identitários dentro do Estado.

O Estado não é somente uma organização formal. Mais do que isso, o deve ser entendido como um conjunto de práticas constituídas normativamente pelas quais um grupo de indivíduos forma um tipo específico de associação política, determinado um conteúdo, uma ontologia. Dado que a prática política é dividida entre arena internacional e doméstica somente pelo fato de que o Estado é um estabelecimento que organiza a política, torna-se claro porque a mudança na política doméstica pode transformar o sistema internacional. As mudanças nas normas e nas formas como estas associações vão estar sendo absorvidas na

estrutura interna de regras de uma sociedade leva a formas diferentes de legitimação da autoridade. Segundo Koslowski e Kratochwill, o princípio de como as unidades são diferenciadas frente ao sistema é muito importante para entender o funcionamento do mesmo que não funciona por si só. O que é mais importante é como os indivíduos adotam estas práticas modificadas que emergem das novas concepções de identidade e de comunidade política, alterando em consequência as relações entre os s, ou ao contrário, as mudanças nas relações entre os s alterando as relações entre os indivíduos (Koslowski & Kratochwill, 1995, p.128).

O fim do império formal soviético, impulsionado pela revogação da doutrina Brezhnev, foi uma escolha de política externa de acordo com regras internacionais identificadas com uma identidade da qual se fazia parte e, também, com a mudança das relações entre os indivíduos no interior da URSS. O resultado foi que a decisão de Gorbachev de revogar a doutrina reconstituiu o sistema internacional. Esta reconstituição implicou na mudança das normas constitutivas de blocos políticos e, conseqüentemente, na mudança das regras que governavam as relações entre as superpotências, quais sejam, a URSS e os EUA.

Ao permitir maior autonomia na definição da política externa e doméstica, Gorbachev e seus assessores confiaram em uma imagem que já pertencia à identidade russa antes de esta ser remetida à política de classes. Com uma concepção de interesse nacional fora da idéia de messianismo da URSS e na reconceituação da segurança em si, questionou o apoio exclusivo em meios militares e salientou a correspondência entre segurança nacional e cooperação econômica e política com outros Estados e, também, dentro das instituições. A idéia era a de tentar recuperar a legitimidade do partido comunista internamente pelo afrouxamento das intenções externas de controle do Leste Europeu e isto passou a ter influência direta nas contestações que começaram a ser feitas em Moscou. A estratégia foi a de recuperar o domínio interno pela flexibilização da política externa, de maneira a evitar revoltas populares no Leste Europeu, que teriam repercussões no interior da própria URSS.

Ainda segundo Kratochwill e Koslowski, a consequência desta escolha foi a falta de credibilidade do Pacto de Varsóvia enquanto aliança política. Além disso, os cidadãos soviéticos deixaram de acreditar no sistema federalista, o que trouxe à tona mais identificações nacionalistas. Esta foi a marca da dissolução da

identidade do Homem Soviético. Ao longo supressão de identidades nacionais das repúblicas constituintes, rapidamente emergiu por entre a população, assim como na elite comunista e militar e isto também apareceu externamente na política para os Bálcãs, por exemplo. A Chechênia, nosso foco de análise para se entender como um Outro interno contribui na constituição da identidade, faz parte da Federação Russa, até hoje, imersa em uma lógica de conotações imperiais.

O que aconteceu é que depois da revogação da doutrina Brezhnev, mesmo em situações como a da Alemanha Oriental, onde a URSS tinha interesses claros, o sistema político soviético permaneceu o mesmo em termos de representação frente a inúmeras contestações populares em Moscou e nas repúblicas, cada vez mais desejosas de independência frente ao fracasso da economia planificada. Na verdade, a mudança foi mais fortemente marcada por como a soberania passou a ser praticada. As relações dentro do bloco soviético deixaram de ser ditadas pelo partido comunista, mesmo que esse ainda detivesse o monopólio da atividade política. Um exemplo disso é que políticos fora do partido comunista passaram a ter lugar no processo decisório e na política externa como primeiros-ministros ou chanceleres. A soberania nominal³⁷ que os países do Leste Europeu tinham começou a se tornar de fato. Contudo, isto não foi tão problemático para a ordenação da identidade russa. O problema maior começou a ocorrer dentro do novo arranjo institucional federalista que procurava controlar as repúblicas independentes.

Conforme exposto, a formação da URSS baseada em princípios comunistas dirigia a formação da identidade oficial para a constituição de uma identidade proletária. Este movimento suprimiu o conflito entre identidades - classes sociais, identidades rurais e urbanas, políticas e intelectuais - que ocorria desde o século XVIII, na formação do Império Russo. A identidade nacional russa, que durante a Guerra Fria se resumia ao socialismo, pôde ser imposta de maneira mais ostensiva

³⁷ O termo soberania não tem um significado fechado dentro da ciência política. Há a soberania nominal em que os Estados são reconhecidos como tais perante o sistema internacional, mas operam sob a égide de um outro Estado mais forte que controla as operações políticas, o regime, como era o caso aparente das repúblicas que faziam parte da antiga URSS. Já na soberania de fato, o Estado goza de liberdade política, é soberano sem estar vinculado a uma comunidade política e pode agir de acordo com seus próprios interesses nacionais, proferir o discurso proveniente da origem partidária que quiser, sem correr riscos de sofrer sanções. É bem verdade que atualmente é muito difícil pelo alto grau de vinculação e cooperação que existe entre os Estados que haja soberania de fato, mas este não é o assunto que nos propomos a discutir nesta dissertação.

aos *Outros internos*. As repúblicas se incluíam nesta identidade enquanto portadoras da mesma ideologia, ou nos termos desta dissertação, enquanto proferiam a mesma linguagem e se reconheciam como tais. Sendo assim, a Chechênia em 1996, na verdade já desde 1991, vem a representar a voz das muitas identidades suprimidas na URSS que buscavam independência da Federação Russa, já que agora não restava mais o vínculo maior da ideologia soviética, tampouco a repressão legal do Politburo.

É importante então examinar o papel da sociedade civil, do nacionalismo, da identificação dentro do processo da Glasnost e da Perestroika a fim de mostrar que a política internacional não é uma esfera autônoma, mas sim sempre parte de um empreendimento de institucionalização maior que envolve tanto as identidades internas - as comunidades políticas - como as externas, tal qual a interação entre estas. A política externa, como decorrente da interação entre as duas esferas, poderia servir para entender estes processos já que conforma as interações no discurso nacional. Este mesmo discurso nacional dirigido e referente a outros discursos nacionais serviria para mostrar as identidades excluídas e como estas são excluídas no âmbito externo a partir de conformações domésticas. Este tipo de movimentação analítica servirá para tentarmos explorar a tese da política externa como prática dialógica excludente no capítulo 4.

Nesta seção, a intenção não foi a de discutir o caráter de exclusão que pretendemos apontar a partir da prática e do discurso de política externa russa entre 1999 e 2001 no próximo capítulo. A tentativa foi a de mostrar como ocorreu a reordenação da identidade russa no processo de dissolução da URSS em consonância com a discussão da política externa como arena de conciliação entre ambiente internacional e doméstico. Sob a ótica da conciliação entre os dois níveis de análise, buscou-se mostrar a política externa como resultante da interação entre esses pela exposição do novo arranjo da identidade russa resultando no final da Guerra Fria, o qual também influenciou o novo arranjo doméstico russo. O novo sujeito russo, diferentemente do soviético, passa a incorporar o *Outro exterior* não só por oposição, mas também por aproximação, sob a forma constitutiva, mesmo que seja para reafirmar características que acreditam ser dele próprio.

Estas colocações não significam que deixou de haver um *Outro externo* com o qual se confrontar. Entretanto, assumir a conciliação entre ambiente internacional e doméstico tornará possível observar que a oposição que se faz aos

Outros exteriores, muitas vezes pode estar relacionada à leitura que se faz dos *Outros interiores* ao Estado, e vice-versa. Assim, mediante o argumento da mútua constituição entre ambiente doméstico e internacional, podemos trabalhar a idéia da política externa como um diálogo do internacional que pode mostrar quais são as identidades afirmadas e quais as excluídas mediante a absorção das normas internacionais no interior do Estado. Donde concluimos que não há somente uma identidade dentro de um Estado, ou um tipo de confronto entre identidades neste que se reflita no sistema internacional.

Uma determinada ação de política externa quando formulada e executada é reflexo da coadunação entre vários interesses, sendo estes de setores burocráticos, de organizações políticas as mais variadas e das identidades culturais e políticas presentes no Estado. Estes interesses advêm de diversas visões de mundo que, por sua vez, refletem-se em discursos e interesses políticos no contexto internacional que vão ter resultado direto no plano doméstico. Todavia, o oposto também pode ocorrer, inclusive de maneira mútua. Novos arranjos domésticos podem se formar exatamente para se manter um *Eu* já consolidado no plano internacional ou para se aproximar mais da linguagem proferida neste mesmo plano.

Sendo assim, tentou-se mostrar teoricamente o porquê da utilização do construtivismo orientado pelas regras através da questão da política externa como conciliação entre interno e externo ratificando a não-separação entre o estudo da Política Internacional e da Análise de Política Externa. Neste estudo, isto é fundamental como uma das chaves para se corroborar a tese da política externa como prática dialógica excludente, conforme veremos nas seções e capítulos a seguir. Há minorias em grande parte dos contextos sociais, porém o que pretendemos entender é como a política externa atua na reiteração do que seja *minoría* no sistema internacional, a partir da leitura da organização doméstica dos Estados.

Nesta seção, também foi resumidamente colocado, sob o ponto de vista do construtivismo orientado pelas regras, como a identidade russa deixou de ser soviética e como se detectou isso por ações e discursos de política externa, cujas bases estavam em novos arranjos domésticos. Da mesma forma, mostrou-se como o novo posicionamento internacional contribuiu para formar uma nova identidade interna, que se refletiu na política doméstica e na política para as antigas repúblicas soviéticas, além de para as áreas de influência da URSS.

A escolha pelo caso russo foi apenas por suas idiossincrasias. A própria configuração assumida pela URSS no fim da Guerra fria foi notada como maneira de fortalecer o primeiro eixo de nosso argumento, discutido nessa seção. Por isso mesmo, não entramos diretamente na análise do período escolhido – a Rússia entre 1999 e 2001 – porque era imperativo explicar o que era política externa para nós nos termos das RI's e como a conciliação entre discurso internacional e doméstico começou a ser analisada teoricamente.

Na próxima seção, continuaremos a fazer um retrospecto da reordenação da identidade russa com a inclusão oficial do *Outro exterior* e o com o aparecimento dos *Outros interiores*. Mais uma vez, utilizaremos eventos internacionais e as ações de política externa russa destes momentos para mostrar a contribuição das identidades domésticas, incluídas ou excluídas, na composição do *Eu* russo.

3.2. A Rússia e a relação do Outro Exterior e Interior na construção da narrativa do pós Guerra Fria

Depois de apresentarmos como se entende a política externa como linguagem e ação de mútua constituição entre ambiente doméstico e internacional, tentaremos verificar como a modificação sistêmica e doméstica favoreceu uma nova forma de constituição da identidade russa. Neste ponto, voltamos à idéia da política externa não só como ação política em si, mas também como lócus de observação de manifestação de identidades que a constituem e de reiteração dos discursos advindos da inter-relação entre as diversas identidades atuantes no Estado. Este ponto é de fundamental importância para o desenvolvimento das questões que se pretende discutir nesta seção porque com o cenário que se forma no fim da Guerra Fria a identidade russa não se manifesta mais pelo eixo linear da contradição entre o sujeito soviético e o que este identificava como o que não pertencia à sua formação.

Desta forma, aqui buscaremos refletir sobre como a identidade oficial do russo foi sendo formada com a entrada na cena internacional e doméstica de *Outros interiores*. A política externa será então mais uma vez o instrumento e ação que utilizaremos para que possamos entender a formação da identidade nacional no momento pós Guerra Fria. Na seção anterior, vimos que durante o regime soviético a política externa serviu para demarcar quem eram os *Outros*

fora de seu “território político” e para manter o *Eu* soviético integrado, mesmo que por políticas de distensão, como na década de 70 com a Doutrina Brezhnev.

Contudo, percebemos que mesmo com a distensão, aqueles que buscavam se afastar do modelo soviético, da identidade política deste, e que eram primordiais para a manutenção da mesma, foram preservados dentro do domínio político, cultural e social da URSS sob a égide do Politburo³⁸. O contraponto com a análise que faremos da pós-dissolução é que a identidade russa passa a ter *Outros interiores* que, oficialmente, não podem ser controlados. A política externa passa então a ser reprodução e produção para o sistema internacional e para a política internacional do significado destes estranhos internos e estes, mesmo que aparentemente negados, constituem também a política na medida em que geram conceitos que podem ser associados a outras identidades presentes em outros Estados, que também pode ser negadas por esse.

Trata-se de uma complexificação evidente das relações políticas no externo e no doméstico, logo na política externa. A política internacional depois da queda do muro de Berlim mostrou que o conflito entre políticas de Estados e as políticas que os Estados formulam para os outros Estados, a política externa, entra em conflito muitas vezes por causa de conceitos. Conceitos estes que segundo a concepção trabalhada aqui, derivam de identidades constituídas intersubjetivamente, em uma sobreposição de vozes e discursos que não representam, mas sim apresentam diferentes contextos sociais interpostos, formando o conjunto de idéias e práticas, que é a sociedade nacional. Digo apresentam porque o discurso é vivo e está sempre apresentando novas conformações sociais e políticas tal como um processo inacabado que está intimamente ligado à prática.

No caso russo, iremos a partir de agora entender a política externa não só como forma de lidar com *Outros* fora da Federação Russa, mas também pela leitura destes *Outros* pelo estranho que vem de dentro, tendo em vista que são várias as práticas apresentadas pela identidade nacional por meio das diversas conformações sociais observadas ao longo dos diferentes períodos históricos. Os *Outros interiores* serão importantes para se verificar a classificação dada a eles a partir da inter-relação das identidades domésticas. Esta inter-relação influi na

³⁸ Politburo foi o órgão do Partido Comunista Central que controlava toda a política

formulação e na ação de política externa, já que na própria conformação do que representará o discurso nacional fica clara a posição e o entendimento do *Outro exterior*, representado por um determinado tipo de identidade atribuída pelo sujeito russo a outros Estados.

Dadas as intenções da discussão, estruturaremos a seção de maneira a colocar como as identidades se constituem para os fins desta dissertação e como se constituiu a identidade russa no pós Guerra Fria pela leitura da política externa. A partir disso, buscaremos refletir sobre como esta constituição, ou constituições, atuaram em relação aos acontecimentos internacionais, já que a nossa leitura é da ligação da identidade nacional com a política externa.

Para entendermos a relação do *Outro interior* com o *exterior*, olharemos a relação da Rússia com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o posicionamento frente às intervenções desta nos conflitos da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo. A fim de melhor contextualizarmos historicamente este acontecimento com a inter-relação das identidades operantes no interior da sociedade política russa, será necessário fazer uma breve explicação da posição do *Outro interior* russo, para nós a Chechênia, e sua posição de submissão forçada à Federação Russa³⁹.

3.2.1

O dentro que está fora: a identidade como o todo das partes

Nada está fora, nada está dentro.(...) a separação entre o dentro e o fora é um hábito mental, mas não é forçosamente necessária. (...) É para além dos limites do nosso mundo e da sua estrutura de pares antagônicos, como o Bem e o Mal, o Belo e o Feio e tantos outros, que se abrem novos e diversos conhecimentos.

Hesse, 1932, p.199.

Um dos pontos que se pretende discutir nesta dissertação sob a ótica da política externa é que esta ação dos Estados no sistema internacional e, também,

soviética não só no sentido de formulação, mas também de fiscalização em todas as ex-repúblicas.

³⁹ Embora esta questão seja o foco de análise do capítulo três desta dissertação, cabe a contextualização no sentido de se aprofundar o argumento da política externa como ontologia e instrumento de verificação das identidades que se constituem em processo de mútua constituição entre o que está dentro e o que está fora. Isto quer dizer é importante para se entender a condição suposta de conciliação a partir do argumento de Kubálkova, conforme citado na seção anterior, e também para começar a desenhar a proposta da política externa como prática excludente. Contudo, cabe sinalizar o segundo conflito checheno será explicado com mais detalhes em relação à abordagem a partir do próximo capítulo.

na disciplina de RI's é reprodutor de certas identidades e excludente de outras⁴⁰. Contudo, como neste trabalho estamos preocupados em mostrar as narrativas que permeiam a disciplina de acordo com as práticas que a alimentam, é importante tentar entender, ou pelo menos, mostrar qual a narrativa que para nós conta a estória de como certas identidades são formadas, pois este será o vetor para nos conduzir ao fator da exclusão das minorias nacionais.

É certo que a identidade nacional, para fins de política externa, é a identidade indispensável. Entretanto, esta identidade não é intrínseca, tampouco depende do fato de o Estado estar presente em um sistema internacional e de a própria relação com outros s fornecer sua identidade⁴¹. Neste trabalho, considera-se que o Estado possui uma identidade com a ressalva de que sendo o mesmo um ator político-social, há em sua própria formação um conjunto de práticas e narrativas que constituem sua identidade que pode ser modificada na maneira como se apresenta ao longo da história. Isto quer dizer que consideramos que há várias identidades e práticas político-sociais que operam dentro do Estado e a relação entre estas origina a identidade nacional, que não é um fundamento fixo, pelo menos a princípio, na concepção que julgamos ser a mais apropriada para a formação de identidade.

Como um ator que desenvolve uma performance social⁴² pelas vias políticas aquiescidas pelo sistema em que está inserido, o Estado, via política externa, exprime as bases de constituição de sua identidade político-social ao longo do processo histórico de sua formação e atuação. Esta constituição não acontece necessariamente da mesma forma para todos os Estados, dependendo sempre de suas particularidades espaciais, étnicas, políticas, sociais etc⁴³. Esta digressão para entender como se forma a identidade e, em maior escala a identidade nacional, é necessária para que possamos colocar a participação da identidade aparentemente

⁴⁰ Para a observação do estudo da identidade nas Relações Internacionais a partir das perspectivas teóricas que permeiam as RI's aplicada na Análise Política Externa, ver Messari, 1998.

⁴¹ Para questões de socialização da identidade estatal a partir do sistema, ver Wendt, 1999.

⁴² Discussão da política externa como performance política, inicialmente colocada por Richard Ashley, a qual será melhor enfocada com os demais teóricos que utilizam a política externa com reiteração da identidade excludente da modernidade (Ashley, 1987).

⁴³ Esta discussão foi inserida neste capítulo, embora seja parte da substância teórica para criticarmos a política externa no capítulo 4 desta dissertação exatamente para que pudesse se estabelecer a ligação da formação da identidade nacional com a não separação entre ambiente doméstico e internacional na própria definição do que seja política externa.

ausente da constituição desta identidade; a identidade de um *Outro interior* ao espaço político, social, territorial e histórico do Estado.

A discussão da formação da identidade nacional é assunto extensamente trabalhado e discutido nas Ciências Sociais e na Ciência Política⁴⁴. Grande parte da discussão advém do renascimento e do humanismo do século XVI quando as raízes do homem moderno são redescobertas e valorizadas a fim de que este pudesse voltar a ser o centro das discussões e do pensamento, o chamado antropocentrismo. O homem é então fortemente influenciado por suas raízes históricas, e sua idéia de nação vai estar ligada à tradição, à formação do seu Estado enquanto nação a partir de raízes históricas.

A partir do século XVII, o conceito de nação começa a ser substituído pelo de Estado-Nação, não só pelos acontecimentos históricos - a Paz de Vestfália assinada em 1648 - mas devido ao pensamento iluminista. No iluminismo, a tradição é contraposta à modernidade e o homem ligado a raízes da história da formação de seu povo, à terra, à nação, mesmo que sem território, passa a ser o cidadão que adquire voz mediante cumprir os deveres que o Estado que lhe protege os direitos naturais impõe. A idéia do Estado racional traz para o interior do sujeito a identidade política do Estado-Nação, e para que o sujeito pudesse ser representado e reconhecido precisava respeitar a soberania deste Estado e às leis que este lhe impunha com o objetivo de evitar o caos presente fora de sua arena política. Fora desta construção racional de canalizar os direitos em um que pudesse garantir a ordem e a sobrevivência interna e, mais a frente no pensamento rousseaniano, a representatividade política popular, não há sujeito político. A identidade política é então a identidade do -Nação, pois fora deste não há sobrevivência⁴⁵.

Entretanto esta identidade nacional não é um núcleo autônomo. Pelo contrário, dentro há inúmeras inter-relações que mediam a constituição do sujeito. Estas relações envolvem valores, sentidos e símbolos que mudam à medida que os relacionamentos se interpõem, absorvem-se uns aos outros, em um processo referencial que não é simplesmente interação. Trata-se de intersubjetividade, pois

⁴⁴ Para tanto ver, por exemplo, Hall, 1987; Hobsbawn, 1990; Anderson, 1983; Smith, 1991; Todorov, 1982; Mouffe e Laclau, 1985.

⁴⁵ Esta é uma colocação derivada de uma interpretação possível da tese de Hobbes de que a arena doméstica é civilizada e controlada, enquanto que fora de - pela falta de um sujeito soberano que regesse este espaço, só há violência.

podemos dizer que as interações se dão entre sujeitos, contudo os sujeitos não são iguais, não se sujeitam da mesma forma, tampouco são sujeitos das mesmas ações⁴⁶. No sistema internacional, os sujeitos são os Estados e a linguagem é a política externa, como apontamos no capítulo anterior.

Por isso, entender a identidade do Estado sob essa perspectiva não pode se resumir a entender a identidade nacional. Devemos entender como essa se forma, sendo que a concepção da identidade é que a mesma é interativa. Ou seja, a identidade nacional não se forma por si só, depende de uma série de outras identidades para isso e de outras configurações de si própria, de seu passado. Estas configurações estão baseadas em uma exterioridade que pode se apresentar pela linguagem que serve não só para transmitir a identidade, como também para projetá-la, produzi-la e reproduzi-la.

Esta exterioridade, contudo, não é apenas uma mediação para a construção da identidade nacional, onde o ambiente em que o *est* está é o responsável pela formação da identidade do mesmo. Diferentemente de Alexander Wendt, quem utiliza esta contribuição do interacionismo simbólico⁴⁷ para colocar os Estados como atores similares, que assim se apresentam, pois reconhecem sua identidade na interação com os pares (Wendt, 1999), a idéia de mediação da exterioridade aqui tem outro significado. Na verdade, para nós não é apenas a mediação entre os sujeitos por um sistema que os confere sentido. Não há um movimento pelo qual os resultados dos comportamentos dos Estados se reflitam no sistema, de maneira que isso crie uma identidade única pela qual estes se reconhecem. Cada Estado pode absorver os significados do sistema de uma forma diferente, dada a sua configuração interna. A exterioridade não é apenas mediação porque é onde os significados do interno e do externo se interpenetram de maneira que os sujeitos podem ser aparentemente iguais, mas realmente diferentes, trazendo em si a exterioridade que não é só o sistema, mas também outros sujeitos. Sendo assim, a exterioridade está na própria constituição da identidade, e não só no ambiente de reprodução, e acreditamos que podemos dizer isso para as identidades nacionais.

Nesta análise, compartilha-se da visão de que a identidade é formada e transformada em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). O que podemos

⁴⁶Ver capítulo 2, item 2.1.

dizer a partir disso é que os outros sistemas que formam culturas, visões de mundo, políticas diferentes daqueles que aparentemente formam a identidade que estamos analisando importam, e muito. Os *Outros* terão papel fundamental - no sentido de fundar - na constituição do *Eu* nacional. A articulação das identidades assim como a do interesse nacional é sempre parcial, conforme coloca Laclau e Mouffe, (Hall,1987, p.17) porque não se trata de uma estrutura fixa e, sim, de um processo que está sempre em andamento e que é necessário, porque senão, como colocam os autores, não haveria nem mesmo a afirmação da história de um Estado.

A história que nos propomos a analisar, a da configuração da identidade russa ente 1999 e 2001, é importante, pois a forma como esta se articulou vem mostrar o caráter processual que está sempre em resposta a outros acontecimentos que refletem um arranjo discursivo de afirmação frente a outros sujeitos. Estes sujeitos também articulam suas identidades nacionais de acordo com uma estrutura mais geral e com sua própria estrutura interna e é daí que vem a questão da intertextualização que, como aponta Mark Laffey e Jutta Weldes, está além de contextualizar (Weldes & Laffey, 1997)⁴⁸.

Normalmente, a intertextualização não está evidente porque a evidência de que há contradição na formação da identidade e de que esta contradição não é destrutiva pode enfraquecer os discursos de representação única, fazendo com que a apresentação do sujeito não seja consolidada o bastante para obter reconhecimento. Este reconhecimento, que se dá na mediação, é parte indispensável da formação da identidade como ponto de diferenciação do *Outro*. Neste processo de diferenciação, alguns movimentos podem ocorrer, entre estes está a aceitação ou a supressão de outras identidades, sendo as identidades suprimidas não precisam de ações violentas para as suprimir, basta apenas que a

⁴⁷ Ver Berger, 1966

⁴⁸ Para os autores, contextualizar idéias é apenas as colocar dentro de um ambiente social, político e discursivo que possam fazer entender sua formação. Contudo, idéias e identidades são intertextualizadas, pois além do próprio contexto, têm sobre si o contexto das outras idéias e identidades, o que provoca um processo inacabado de intertextualização. Este intertexto não é apenas causal, uma variável interveniente que pode interferir nos interesses, mas é sim a base de formação dos mesmos. Como colocam os autores, “What this notion of articulation highlights, among other things, is that “fit” does not just happen; rather, it is made. That is, the fit between new and existing ideas is actively constructed rather than simply “there” in the ideas themselves.” (Weldes & Laffey, 1997, p.203).

linguagem se encarregue de colocá-las em categorizações que fogem a sua verdadeira conformação, isto é, que não haja entendimento, logo reconhecimento.

Na seção anterior, destacamos que no período soviético a identidade de classe era configurada por uma oposição dialética. O binário burguesia-proletariado alinhava as identidades políticas e apagava as diferenças de maneira violenta, sufocando nacionalismos na ideologia comunista, que funcionava como uma mediação onde os *Outros* se reconheciam como *Eu*, mesmo que forçosamente. Todavia, as identidades não vinham apenas desta oposição, pelo contrário, eram contraditórias e não só na sociedade estatal na qual estavam presentes, mas nos próprios indivíduos que a incorporavam. Estes indivíduos são quem, de maneira prática, podem sinalizar como a contradição se dava, já que concordamos que o Estado não é um organismo que funciona independentemente das práticas sociais de seus cidadãos.

Na URSS, por exemplo, a identidade política soviética era articulada pela dialética marxista. Contudo, neste processo relacional, aparentemente unificado no Estado soviético na oposição entre burguesia e proletariado, mais de vinte nacionalidades viviam em proximidade geográfica nas repúblicas, unificadas e, não, unidas em uma mesma identidade, que camuflava o abismo da diferença de identidades entre estas. Quando a URSS foi formada, o passado evocado na narrativa para contar a história desta grande união política, como já colocamos, foi o russo, mas havia *Outros* presentes na recuperação desse mesmo passado, que influenciaram na formação da identidade soviética. Havia um *Outro histórico*. Segundo Margot Light:

When the Union of Soviet Socialist Republics was established in 1922 the brief independence that some of the republics enjoyed after the October Revolution ended and there was no doubt in their minds that the impetus for the formation of the URSS came from Russia.(...) In any case, to non-russians, Soviet power seemed indistinguishable from Russian power. The highest positions in the Soviet government and the apparatus of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU) were held predominantly by **Slavs**, and particularly by **Russians**. Many Russians who lived in the other fourteen republics of the URSS were skilled workers or political functionaries (Light, 2002, p.303)⁴⁹

Neste sentido, a absorção do passado russo nos coloca a presença da tradição russa como um fator da formação do *Eu* soviético. Na construção social

⁴⁹ Grifos da autora da dissertação.

da URSS, esse passado aparece como meio de venerar o passado para estabilizar o poder no presente por práticas sociais recorrentes. Por esta visão, voltando à contribuição de Bakhtin referente ao dialogismo, o qual ultrapassa a leitura dialética de oposição ao incorporar outros sujeitos de ação que não somente os que estão em questão no momento, o Outro histórico tem papel tão fundamental quanto o Outro externo na constituição do *Eu*. Isto porque representa uma forma de o sujeito se relacionar com outra realidade e outros discursos, mesmo que esses já tenham feito parte dele em algum momento.

Como Margot Light aponta, o conflito entre identidades, para ela ilustrado nos nacionalismos, já existia na era czarista do Império Russo. Contudo, este conflito ficou adormecido pela validação da constituição que aparentemente garantia o livre exercício das nacionalidades na União Soviética, incentivando isso até mesmo por determinar que nas escolas das Repúblicas, além do russo, deveria ser ensinada a língua local. Mas, como ressalta a autora, a permissividade se dava por haver a preponderância da identidade russa sobre as outras identidades em termos representacionais (Light, 2002). Entretanto, devemos ressaltar que embora houvesse uma constituição, que em termos técnicos protegia os grupos nacionais, quem a elaborava eram os membros do Politburo, basicamente composto por russos.

Tal qual Light salienta, os russos exerciam a maioria das atividades políticas de liderança, quando não diretamente, indiretamente, por meio do Partido Comunista Central (Light, 2002, p.305). Como foram os russos que realizaram a revolução e eles faziam parte da nação mais rica que sustentou a escalada econômica da URSS - na concepção dos próprios russos aceitas pelos demais soviéticos - , além de ser estes os professores da língua que fazia com que todos os outros povos se unissem em torno de um objetivo comum, a identificação e a troca de subjetividade dos *Outros internos* acabava ocorrendo com eles.

Esse fato mostra que os *Outros internos* também contribuíram para a constituição da identidade soviética e russa. Mesmo com a existência de centros de resistência fortes, que desencadearam a violência extremada dos líderes soviéticos, parte destes outros aceitava a preponderância russa pela identificação com o sistema socialista, respaldado por uma constituição de cunho federalista. O discurso, os pronunciamentos, que eram reflexos de uma vivência política em maior escala, garantiam então a resposta esperada por esses *Outros internos*, de

modo que estes permitiram a troca subjetiva indicativa da situação aparente de diálogo. O processo, neste sentido, supera a fixidez da identidade fazendo com que aconteça uma identificação a partir do discurso que nos mostra que a identidade se remete a várias outras categorias, as quais, neste caso, estavam refletidas e apoiadas no discurso de classes.

Concluímos, então, que além de a identidade estar permeada por *Outros externos*, fora do contexto social e político do *Eu*, também tem em si a presença de *Outros internos* e de *Outros históricos*. No caso da URSS, estes *Outros* começaram a se tornar evidentes durante a dissolução, quando os nacionalismos presentes nas repúblicas unificados no discurso de classes passaram a ser um problema real para a política soviética e para a liderança russa em termos de ação e discurso. A sobreposição da identidade russa às das antigas repúblicas fica evidente a partir desse momento. Com a dissolução, inicia-se um processo de troca aparente entre estas subjetividades que não foi pacífico e que, com o fim da URSS, tem a principal forma de contenção usada principalmente na época de exercício mais rígido do domínio soviético, a violência, injustificada perante o sistema internacional em um primeiro momento.

Em termos teóricos, uma vez que a identidade muda de acordo com a forma que o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser adquirida ou perdida. A identificação torna-se objeto de política, pois há mudança da política de classe para a política da diferença (Hall, 1987)⁵⁰ a fim de manter a configuração do Estado e a sobreposição de uma identidade sobre todas as outras via representação de uma comunidade imaginada (Anderson, 1983) que lidaria com os *Outros externos*, abrigando os *Outros internos* e os *Históricos*. A interpelação de *Outros exteriores, interiores e com o próprio passado* - na Rússia, o passado soviético via política de classes - é um movimento usado recorrentemente na política externa para reproduzir o sentido afirmativo da identidade do discurso da mesma.

⁵⁰ Conforme Hall aponta, o significado da identidade não se deve fixar o significado de uma forma final, a incluir o significado da identidade, o que torna este inerentemente instável. Por mais que se tente partir para um fechamento da identidade como acontece para a política de classes, mas esta pode ser perturbada pela diferença que sempre estará presente na forma da exterioridade, de como esperamos ser vistos pelos outros, o que implica na política da diferença. Para pensamentos semelhantes na formação da identidade política, ver Kristeva, 1986; Mouffe & Laclau, 1985.

Os interesses e ações de política externa são alimentados pela estrutura narrativa que prevalece no interior do Estado. Os *Outros* sempre vão estar presentes, pois é necessária a exterioridade para se entender e apreender o que está dentro. Contudo, isto acaba virando oposição, violência e estratégia, pois o que está fora, embora defina o que está dentro, ameaça a estabilidade da reprodução simbólica do Estado na forma da identidade nacional. Entretanto, esta ameaça é necessária, pois é a possibilidade de haver o de exceção⁵¹ para lidar com a ameaça que garante o exercício do poder e a legitimação política e social do , seja esta pela força ou pela manipulação da representatividade, que não necessariamente expõe a composição real dos discursos que compõem o , pelo menos não de todos. Ainda na URSS, estes discursos conviviam com o discurso central do homem soviético, e esta convivência em grande medida facilitou os movimentos nacionalistas surgidos com a dissolução. Nas palavras de Margot Light:

Although the Soviet Union was federal in name only, the representation of national minorities in the central government encouraged a sense of national identity. Other aspects of Soviet policy had the same effect. For example, administrative divisions in the country were, wherever possible, on the basis of nationality. (...) Although they did not enjoy any real autonomy, a sense of separateness and difference on the basis of nationality was inculcated in the people who live in these areas. The Soviet style of government which was to co-opt local elites to represent central government, and train national cadres for local government, similarly fostered a sense of separateness. (...)Paradoxically, therefore, and despite its internationalist ideology and its strictly centralized system, Soviet rule genuinely promoted and encouraged national consciousness of diverse ethnic groups, creating nations in cases where there had previously been little more than clan identity (for example,among Abkhazians, Khirghiz). At the same time the aspirations of established nations (for example, Estonians, Armenians) remained unfulfilled. (...) the political elites of the nations which previously enjoyed quase-autonomy (Abkhazians and South Ossetians in Georgia, the Armenians in Nagornp-Karabagh) have either demanded full sovereignty and independence from the state in which they are located, or have aspired to be part of a different state (the Russian Federation, in the case of Abkhazians and South Ossetians; Armenia, in the case of Nagorno-Karabagh. But even whem autonomous status has been enhanced by a new post-Soviet constitution, as in the Russian Federation, some national groups demanded even more autonomy or complete independence (for example, Chechnya) (Light, 2002, p.306).⁵²

⁵¹ Este raciocínio é desenvolvido por Carl Schmitt e será melhor desenvolvido no próximo capítulo quando falarmos de identidade nacional reiterada pela prática e pelo discurso da política externa.

⁵² Esta discussão em torno da identidade e dos nacionalismos na URSS. Todo o processo de dissolução, a contar desde suas sementes, com Nikita Krushev, contribuiu para o reaparecimento destes nacionalismos. Embora, isto seja de enorme importância para a discussão dos Outros

Com esta citação então podemos entender que os Outros internos foram parte da composição da própria URSS, embora oficialmente estes não fossem passados ao discurso do arranjo político socialista federalista. Todavia, a produção da identidade soviética sob estes termos ficou comprometida com a dissolução quando o confronto com o Outro exterior deixou de ser a mola-mestra da formação da identidade internamente junto com a aceitação da Rússia como produtora dos significados identitários internamente. O que pudemos perceber é que a produção da identidade soviética internamente corresponde ao desejo de fortalecimento frente ao externo que acaba por sua vez fortificando certas políticas e discursos internos para a consolidação da identidade nacional, representada pela identidade russa, como apontamos.

Mediante a dissolução e a independência de várias repúblicas, inclusive com a separação da própria Rússia em 1991, o sentido de produção da identidade colocado no parágrafo anterior fica comprometido. Mesmo as repúblicas que se tornaram parte da recém-formada Federação Russa de 1991, buscaram mais autonomia política e mais liberdade para o exercício de seus discursos nacionais. Algumas repúblicas como a Chechênia, como citado por Light, passaram a reivindicar até mesmo a independência e, desde então, este tem sido um dos principais problemas do Estado russo, transformando-se muitas vezes em assunto de política externa pela dimensão tomada pelos conflitos armados e suas consequências humanitárias.

Será sobre estes conflitos armados e pela leitura da Rússia sobre este *Outro interior* que nos debruçaremos para entender as posições da política externa russa pós-dissolução na associação com a leitura dos *Outros Exteriores*, destacados com a expansão da OTAN. Isto é, a partir da próxima seção, será exposta a ligação da construção da política externa como associação entre interno e externo a partir de como entendemos a formação da identidade.

interiores à URSS e mesmo para os conflitos surgidos posteriormente, como é o caso do conflito checheno, a discussão do nacionalismo se encaixa melhor no capítulo três que ligará a reprodução e a construção da identidade nacional à política externa e à modernidade.

3.2.2.

Limites Constitutivos entre o Interno e o Externo – A expansão da OTAN e a Chechênia na formação da Política Externa russa.

Como vimos na primeira seção deste capítulo, o fim da Guerra Fria evidenciou a dificuldade de se separar o espaço doméstico dos Estados do ambiente internacional, não só em termos teóricos, mas também na própria observação dos fatos que mobilizam a configuração política a partir de meados da década de 80. Vimos que a erosão do Estado soviético, com o conseqüente fim da bipolaridade no sistema internacional, ocorreu pela maior interpenetração das esferas doméstica e internacional. Esta erosão contribuiu para a reformulação da auto-imagem soviética, assim como isso contribuiu para a dissolução da URSS, e para o surgimento de novas teorias que apontavam que a questão do poder, da ameaça e das definições de conceitos como amigo e inimigo dependiam da visão que se tinha do próprio *Eu* e da que se tinha da relação deste *Eu* com os outros atores.

A auto-imagem para o novo *Eu soviético*, formada com e para a distensão das relações da URSS com o Ocidente também foi fundamental para a mudança de percepção que os outros Estados tinham da URSS, contribuindo para o esfriamento das relações adversas com o Ocidente e para a reconfiguração do espaço internacional. Esta reconfiguração, movida pela mudança da auto-imagem iniciada no governo Gorbachev, ganha força na aproximação com o Ocidente nos anos 90 sob a liderança de Boris Yeltsin.

Dado este cenário, percebemos também que esta interpenetração dos chamados níveis de análise da política internacional mostrava que as ações de política externa e, até mesmo, a definição do que era a política externa vinha de uma leitura feita pelas identidades internas do Estado sobre o que estava acontecendo no sistema internacional. Estas configurações internas representadas por estruturas sociais cognitivas, as quais mudam de acordo com as relações nas quais estão envolvidas, não estão freqüentemente aparentes para aqueles que delas fazem parte.

Entretanto, quando estas estruturas se sobrepõem, interpõem-se e se inter-relacionam com outras há um movimento de intersubjetividade que pode tornar a relação aparente ou formar a identidade daqueles imersos nesta estrutura. Digamos que estas estruturas cognitivas serão aqui vistas, como dito na seção

anterior, como o contexto das identidades presentes da Federação Russa, mas que estas operam em um intertexto que pode nos facilitar a entender o porquê e o como certos posicionamentos foram assumidos em determinadas situações. Desta forma, agora buscaremos entender como os três elementos que apontamos ao longo das seções anteriores – o *Outro exterior*, o *Outro interior* e o *Outro histórico* – agiram como “estruturas cognitivas”⁵³ em inter-relação com o *Eu* russo, configurado por esta mesma inter-relação (Hopf, 2002).

Estes três elementos são apontados por Ted Hopf⁵⁴ como as bases pelas quais a identidade russa se conforma na dissolução e acreditamos que isto só pode ser entendido pela mútua constituição entre ambiente doméstico e internacional. Além desses três pólos, acreditamos que a conformação da identidade nacional russa pode ter tido vários arranjos práticos possíveis, que resultaram em discursos diversos, os quais por sua vez, refletem contextos de grupos sociais específicos e a maneira como a identidade russa se relaciona com a idéia que tem dos outros sujeitos com os quais está lidando (Neumann & Williams, 2000; Neumann, 1998). Esta idéia que se tem dos outros sujeitos, que resultaria na intertextualização do contexto da identidade própria com o significado que a identidade do *Outro* tem para si, ou seja, do sentido atribuído ao discurso do *Outro*, apresentaria um tipo de narrativa possível para as ações de política externa que acaba por contar a estória deste *Outro*.

Desta forma, esperamos apontar a posição da Rússia com relação à expansão da OTAN a partir da ameaça interna da identidade nacional, a Chechênia, mediante duas contribuições que poderiam evidenciar a política externa como conciliação entre interno e externo. Uma sobre as assimilações internas do internacional referentes às configurações domésticas, sendo que estas nem sempre estão representadas no Estado, reproduzindo certas ações de política externa, destacada por Ted Hopf. Outra sobre como as narrativas sobre o sistema se constituem para o *Eu russo*, de acordo com as diversas posições que a identidade nacional russa pode assumir em relação à idéia que se tem do *Outro*, no

⁵³ Coloca-se este termo entre aspas porque estrutura não é compatível como argumento de que as identidades não são fundacionais e adquirem configurações de acordo com as interpelações, articulações e construções pelas quais o sujeito passa ao longo de um processo social e histórico, o qual cabe lembrar, não tem em si nenhum valor evolutivo. Este termo é utilizado por Hopf para designar o que chamamos de contexto da identidade.

⁵⁴ Op.cit.

caso externo, e do discurso que se prepara para este, a fim de se posicionar e fincar a própria identidade no internacional (Neumman & Williams, 2000). Neste ponto, vale destacar que este autor desenvolve sua idéia com base nas críticas de John Mearsheimer⁵⁵ ao construtivismo de que essa contribuição teórica por se basear em uma concepção discursiva do poder passa a ser representação contemporânea do idealismo.

Além disso, Mearsheimer defende que o construtivismo ao encarar as idéias como base de ação concebendo a natureza política como construção, esquece de observar o porquê de certos discursos prevalecerem sobre outros (Neumann & Williams, 2000, p.385). É neste ponto que Neumann e Williams entram para esclarecer que deve se entender sim como construção, mas que deve se levar em conta as narrativas e como estas foram articuladas na prática, o que pode nos levar a entender o processo de identificação, logo a identidade do Estado formada na interação com as outras narrativas em questão, que não só as que correspondem à visão oficial de um governo.

As narrativas então constituem umas às outras em um processo inacabado de interação com outras narrativas e pronunciamentos, que indicam que a identidade é intersubjetiva. Trata-se de um processo que além de constitutivo, é também relacional, tanto quando se opta pela formulação de uma certa política, como quando se opta por não adotá-la. Entender o que é narrativa em seus próprios termos e, dizendo isto, entenda o tipo de narrativa que está sendo aplicada a uma determinada situação, pode nos fazer entender como a identidade do sujeito está em operação na realidade material, sendo que é isto que nos interessa aqui.

Começemos por tentar entender a narrativa que permeia a expansão da OTAN, que seria uma narrativa do internacional, trabalhando em conjunto com a narrativa da Rússia e refletida em suas ações de política externa, que se apresentará como a forma através da qual se narra o que o Estado é para o sistema internacional. De maneira breve, buscaremos entender o que significou a nova

⁵⁵ A crítica se refere especificamente ao conteúdo do artigo *The False Promise of International Institutions*, no qual Mearsheimer critica o institucionalismo neoliberal de Keohane no ponto de que as instituições diminuiriam a busca dos Estados pelos ganhos absolutos e pelo aumento de poder, podendo contribuir para a construção de uma anarquia cooperativa (Mersheimer, 1994). Quanto ao construtivismo, a crítica vai basicamente para a constituição da anarquia pelo o que os Estados fazem dela de Alexander Wendt (Wendt, 1992).

posição de segurança no Atlântico Norte e, principalmente, na Europa, para a Rússia.

Um ponto importante é ligar esta idéia à existência de um *Outro histórico* russo, conforme apontado por Ted Hopf, que significaria a URSS. Cabe ressaltar que como estamos falando de identidades formadas por intertextualização, falar do *Eu soviético* como um *Outro histórico* implica trazer à tona a maneira como este se constituía. Lembremos que o *Outro histórico* soviético era uma identidade definida e que operava sobre a lógica dialética e que a antítese da tese que afirmava a identidade russa na síntese do mundo bipolar antes da distensão era o capitalismo norte-americano. Soma-se a isso, a incorporação da identidade russa pela URSS, o que colocou esta em posição dominante como o único *Eu* operando durante mais de 40 anos no Estado soviético, junto com a identidade marxista.

É importante ressaltar a posição do passado da identidade russa frente à OTAN porque antes da dissolução esta organização era uma aliança militar para preservar o bloco capitalista de possíveis investidas do socialismo soviético. A OTAN representava o *Outro exterior* soviético, assim como era o Pacto de Varsóvia para o bloco ocidental. Diante disso, conforme Neumann aponta, esperava-se que a OTAN se fragmentasse com a distensão das relações entre URSS e os EUA, o que culminaria no fim desse pacto, porém a realidade se mostrou mais complexa.

O fim da ordem bipolar e a dissolução da URSS não levaram à desintegração da OTAN. A organização permaneceu e passou a ser permeada por outras narrativas, outros significados, que poderiam ter muitos outros significantes. Isto implica dizer que a mudança do escopo de ação e de discurso da OTAN se modificou não só em abrangência com relação ao que podia significar e representar, mas também em qualidade, no sentido de que o tipo de discurso empregado passou a ser outro.

Com isso, a antiga aliança militar contra a ameaça do avanço do socialismo no Ocidente passou a se incluir no discurso abastecido pela idéia de democracia liberal, representada nas RI's pela teoria da paz democrática em separado⁵⁶. Ao

⁵⁶ Esta visão se aproxima na idéia desenvolvida na Paz Perpétua de Kant pela qual todos os Estados tornando-se repúblicas, compartilhando da mesma forma de governo, poderiam garantir a possibilidade de paz com a formação de uma República mundial. Contemporaneamente, esta idéia foi desenvolvida por Michael Doyle (Doyle, 1996) de que democracias guerream menos entre si.

modificar o discurso que a sustentava pela própria modificação das narrativas que permeavam o sistema internacional, as identidades que poderiam ser compartilhadas na organização se tornaram outras e a interpelação do sujeito também mudou, isto é, a forma como este se relaciona com os outros mudou, devido ao seu novo tipo de articulação e constituição.

O sistema internacional após a Guerra Fria continuou sendo lido por meio da identidade do Estado Nacional Moderno. Entretanto, a narrativa usada para responder a esta configuração passou a se basear em grande medida na troca entre sujeitos que compartilhassem o princípio da democracia liberal, do respeito aos direitos humanos e da economia de mercado. A rearticulação do significado da OTAN se deveu muito ao novo arranjo que as identidades assumiram. A identidade vinculada a de um Ocidente de Estados reformados, que viam na organização uma oportunidade de garantirem sua integridade e de manter o apoio do Estado forte do sistema, os EUA, fez com que o fim da Guerra Fria não se tornasse uma possibilidade de ameaça entre os membros.

Increasingly, Nato became portrayed not as conventional alliance defined by the existence of the Soviet threat and the Cold War, but as an organization whose essential identity and history is correctly understood as one of cultural, or even civilizational commonality centred around the shared democratic foundations of its members (Neumann & Williams, 2002, p.367).

Deste ponto de vista, a permanência da OTAN mostrou a consolidação de normas e a institucionalização de princípios que fizeram da manutenção dos valores democráticos na Europa a identificação da organização. Além de permanecer, a OTAN se expandiu e houve mais do que valores comuns em jogo neste processo de identificação. A narrativa da permanência foi uma que impôs algumas dificuldades, segundo Neumann, por ignorar o fato de que embora a política oficial da organização aparecesse como um consenso, o alargamento foi submetido a críticas severas de países que tradicionalmente formavam a aliança. Além disso, o alargamento não foi uma extensão consensual, considerando que os setores mais democráticos dentro da Rússia se opuseram exatamente pela

Contudo, este posicionamento da paz democrática em separado, ocorrida entre as democracias, é observado desde o início da década de 90 na política externa americana.

justificativa democrática, só que desta vez, a instituição estaria ameaçando o desenvolvimento da democracia na Rússia (Neumann & Williams, 2002, p.358).

O papel das estruturas narrativas e dos processos relacionais na construção da identidade russa sugere que estes fatores podem ser ligados a uma teoria da ação baseada no que os institucionalistas sociológicos chamam de lógica da apropriação⁵⁷. Então, liga-se esta lógica à forma e ao exercício do poder simbólico, uma visão que salienta o poder que legitima as concepções de identidade que permeiam o que é entendido como uma ação apropriada pelos os atores em questão. Desta forma, as explicações sobre as relações da Rússia com a OTAN devem ser lidas no contexto da relação entre as reconstruções mútuas de sua identidade no início da Guerra Fria, na dinâmica institucional do próprio país e nos recursos de narrativa envolvidos nesta através das relações de poder que estas narrativas incorporam e expressam (Neumann & Williams, 2000). Isto nada mais é do que a linguagem para Bakhtin quando um pronunciamento se refere a um outro mais geral e também a vários outros que vão representar o sujeito em questão.

Muito embora, os russos a partir da ascensão de Boris Yeltsin tenham aparentemente se aberto mais extensivamente ao Ocidente e incorporado a idéia da democracia liberal próxima à européia, a narrativa da garantia da segurança e da manutenção da civilização ocidental baseada nestes princípios também foi evocada pelos russos na Constituição de 1993 para fazer com que suas antigas áreas de influência se mantivessem sob seu domínio. Sendo assim, o novo papel da OTAN veio a ameaçar a forma como o discurso russo estava começando a ser configurado e complicou a tentativa de proximidade com o *Outro exterior* mais acessível aos russos, a Europa.

Quando a OTAN refaz seu discurso e sua identidade a partir de uma lógica de consolidar a civilização ocidental que foi de maneira ilegítima fragmentada pela Guerra Fria, a Rússia questiona a influência de seu poder que estava vigente nessa época e se sente ameaçada. A percepção que a Rússia vai ter da situação corresponderá ao que esta tem de razoável em seu contexto de identidade em relação ao contexto da nova identidade da OTAN, ou seja, trata-se de um processo de intertextualização. Esta relação com ou outro contexto é exatamente a de

⁵⁷Para essa discussão, ver Finnemore, 1996.

considerar o lugar que as narrativas sobre as identidades em questão têm no processo.

A concepção de ameaça se constrói pela forma como se estrutura a narrativa que a constituição, a manutenção e a transformação das identidades na Rússia tomaram. Entretanto, cabe ressaltar que o resultado aparentemente único dessa constituição refletido na ação do Estado não é só um. Há várias estruturas de identidades e discursos existentes no Estado russo, os quais competem na convivência política e social para representar a nação como um todo. Por isso mesmo, quando uma identidade está em operação significa que outras também estão atuando, na medida em que a constituição desta responde em algum ponto de sua constituição ao discurso das outras identidades que estão em convivência com a mesma na prática social. As burocracias, as organizações internas e o próprio arranjo social vão ser articulações da identidade russa evidenciadas por meio da prática e do discurso de política externa que vai mostrar qual narrativa prevalece em um determinado momento no Estado. Este processo é relacional tanto com as identidades internas como com as externas.

Narratives of identity are by no means merely 'private' constructions. On the contrary, they are social and relational in at least two important senses. First, the narrative resources available to a given actor are neither infinite nor unstructured; they are historically and socially constructed and confined. Second, the social and historical delimitations on narrative construction are further reinforced by the fact that the successful embodiment of a given identity depends also on the recognition by others of the narrative itself and of their acquiescence to its adoption by the particular actor involved. Put differently, it is not enough merely to claim an identity: for that identity to have a degree of internal stability (not being subject constantly to challenge) and for it to have a degree of social effectiveness (enable the actor to act socially in accordance with the identity) the identity itself must be acknowledged as legitimate by others, and the adoption of the identity by a particular actor must be recognised by other actors (Neumann & Williams, 2002, p.363).

O processo de reconhecimento e de construção das identidades é particularmente perceptível em momentos de mudança fundamental, como foi com a modificação da identidade russa no final da Guerra fria. A expansão da OTAN funcionou como um rearranjo do Outro exterior e entre algumas das práticas autorizadas por esta narrativa estiveram as intervenções na Bósnia, em 1996, e no Kosovo, em 1999, as quais ocorreram sustentadas pelo novo processo de reconhecimento dos atores simultaneamente à recuperação de situações e identidades do passado. Sendo assim, a mudança da identidade é um processo que

abre o questionamento sobre quais são as identidades predominantes dos atores envolvidos, o que também abre a possibilidade de se analisar quais são as políticas empregadas nestes momentos, principalmente naqueles em que se desenvolvem crises.

Uma questão interessante levantada por Neumann é que em momentos de transformação há luta sobre as formas de identidade e ação que serão tidas como legítimas na nova ordem emergente (Neumann, 1998). Segundo o autor, na transformação as direções tomadas pelos atores serão um reflexo dos confrontos que exemplificam as narrativas disponíveis para eles a fim de reconstruir suas identidades e suas habilidades a serem reconhecidas pelos outros. A mudança não é um efeito ou uma causa, ou ambos, da identidade em questão apenas. Como a formação da identidade é relacional e depende da forma que o sujeito é interpelado, uma mudança nesta faz com que os outros que são os interlocutores dos discursos tenham reações diferentes também, às vezes esperadas, às vezes não.

Por mais que quando uma narrativa é formada, tenha-se de certa forma a idéia desta como um todo e a finalidade da mesma, o caráter responsorial traz um conteúdo processual à formação da narrativa do *Outro* e do próprio *Eu*. Este último depende em sua constituição de que tipo de discurso está impetrando e isso é também resposta às práticas usadas até o momento de sua reformulação e de toda a situação sócio-histórico-política. Enfim, depende da realidade como um todo, a qual está demonstrada na integridade do pronunciamento, isto é, em seus arranjos passados, nos elementos presentes, no tipo de discurso empregado pelo sujeito e no entendimento que se tem do interlocutor, que também é um sujeito, logo também possui todos estes elementos citados.

A OTAN, neste caso, proveu recurso discursivo, recurso para o pronunciamento geral da Europa, para que as identidades com autoridade tivessem credibilidade e pudessem articular suas necessidades de continuar em aliança e de expandirem este arranjo com o objetivo de garantir a condição de segurança e evolução econômica atingida desde a formação da organização. A articulação das necessidades veio com a reformulação do conceito de segurança para as bases da democracia e com a “securitização da cultura”⁵⁸, como bem aponta Neumann, de

⁵⁸ Entendemos que esta cultura seria a cultura política.

forma a limitar a classificação do que pudesse ser seguro na região, a partir da disseminação da ordem democrática liberal e dos valores comuns do Ocidente.

A expansão ocorre para manter a democracia na Europa e para levar o arranjo político sustentado por estes preceitos políticos, por esta identidade da organização, aos países próximos, os quais antes estavam sob o domínio da URSS, a qual era o exato oposto daquilo que a cultura política da organização passava como prática necessária para a manutenção da segurança. Acredita-se que, neste ponto reside a securitização da cultura, que obviamente suscita o tema da identidade, pois se trata da narrativa que contará a história de formação e consolidação da instituição⁵⁹ depois do fim da União Soviética.

Sendo assim, a dissolução da URSS trouxe cautela na formulação do discurso da OTAN, que representava o Outro exterior, de maneira a afastar a identidade militar devido às preocupações em ameaçar a Rússia, que estava buscando uma configuração democrática dentro de seus arranjos domésticos. A expansão trouxe a idéia de que a composição política interna dos s era importante, assim como seus atributos culturais. Todavia, nas informações geopolíticas mais recentes da Rússia, que era a composição soviética, a questão cultural e política estava ligada ao território, ao pertencimento dos Estados de forma física à área de influência efetiva dos soviéticos. A democracia liberal ainda era um conceito do Outro externo e o fato de este estar entrando por meio da OTAN no que antes também fazia parte da identidade soviética comprometia a identidade russa, que foi a que ficou em operação política depois da dissolução. Esta identidade ficou

⁵⁹ O conceito de securitização da cultura foi desenvolvido pela chamada Escola de Copenhaguen, da qual Iver Neumann absorve boa parte de seus conceitos e que é representada entre outros, autores por Ole Waever. Nesta visão, há a redefinição do conceito de segurança não só como prática, mas também na própria área de estudos. Isto corre como tentativa de lidar com novas questões que se desenvolvem no pós-Guerra Fria. A segurança passa a ser entendida como um conceito que não é estático na definição de aumento de poder para conter a ameaça realista. Exatamente, tentando reformular este conceito os autores da Escola de Copenhaguen colocam qo conceito de segurança é socialmente construído, sendo a definição de ameaça uma construção intresubjetiva que muda a todo momento de acordo com o interlocutor, com as percepções sobre este e com a resposta que este confere à visão que se tem deles. Trata-se de um movimento responsorial que depende da linguagem utilizada que depende sempre da realidade da qual estamos inseridos, assim como esta realidade depende também da linguagem empregada. Assim, estes autores buscam entender o processo pelo qual questões que antes não eram de segurança, tornam-se tais, o processo de securitização no qual a segurança deixa de ser apenas uso da força para ser um tipo de política intersubjetiva que é dinâmica e muda de acordo com a inter-relação entre os indivíduos (Waever, Buzan, de Wilde, 1998). Acredita-se que esta definição se emprega também a uma definição do entendimento bakhtiniano do diálogo e da intersubjetividade já que os autores entendem a construção da segurança como um ato discursivo, podendo ocorrer a securitização da política externa, conforme veremos no capítulo 4 desta dissertação.

em operação quando não na Federação Russa, em alguns s que antes faziam parte da URSS, os quais logo se tornaram independentes como foi o caso da Ucrânia e da Bielorrússia, em agosto e setembro de 1991.

Por isso mesmo, trata-se de um processo aberto que pode sempre estar mudando se a estrutura de poder que sustenta a identidade e a narrativa não tiver a aquiescência de seus pares e não se conformarem à narrativa maior que estabelece quem são os sujeitos de discurso, logo o sujeito de ação política. Neste sentido a política externa, pode funcionar como o espaço onde estas identidades vão estar se reproduzindo de forma a tentar chegar a um mínimo de consenso com seus pares no sistema internacional. As identidades intra-estatais enquanto processos discursivos vão ter uma formulação de discurso para o *Outro exterior* com base em sua dinâmica interna (Hopf, 2002). Sendo assim, uma ação que seu *Outro exterior* desempenhe no espaço internacional pode acionar relações com a identidade em operação no Estado de associação com os discursos das outras identidades na forma de possibilidade de formulações de política externa dadas as visões das formações domésticas para o assunto internacional em questão. A política externa mostraria o ponto de ligação entre estas duas esferas.

Neste sentido, podemos fazer a ligação de Ted Hopf com Neumann e Williams para entendermos a expansão da OTAN e as ações que esta legitimou sob a resposta da política externa russa de acordo com as leituras que as identidades em operação no interior do Estado pudessem fazer deste evento internacional. De acordo com Neumann e Williams, a expansão da OTAN reduziu o escopo das ações de política externa possíveis aos tomadores de decisão russos. Em um movimento político, as respostas da Rússia à expansão foram construídas como símbolos da identidade destes tomadores de decisão .

As possibilidades de resposta poderiam se situar em dois extremos de associação identitária. Um movimento seria de aproximação com o Ocidente chegando perto da democracia liberal e da OTAN e o outro de remissão ao passado imperial incorporado na lógica política soviética. Para Hopf, o primeiro movimento estaria ligado à reprodução da identidade do New Western Russian (NWR sigla em inglês para Novo Russo Ocidental) e o segundo ao New Soviet Russian (NSR, sigla em inglês para Novo Russo Soviético)⁶⁰. Estas identidades

⁶⁰ A partir deste momento, estes termos serão trabalhados nesta dissertação por esta sigla.

seriam, respectivamente, o reflexo do maior reconhecimento e assimilação do Ocidente na cultura política e no cotidiano russo e o afastamento total desta pela necessidade de preservar a identidade soviética, principalmente pela posição de destaque⁶¹ que esta ocupava no sistema internacional.

Então, o como se deu o posicionamento relativo à expansão da OTAN passou em grande medida pela construção da identidade da Rússia, especialmente no contexto pós Guerra Fria. Internamente, a Rússia vivia o dilema de ser uma democracia liberal, na forma de uma federação, ou um Estado centralizador, já que uma das principais características da dinâmica interna russa a partir de 1991 foi a tentativa de conciliar o controle sobre as antigas repúblicas com a incorporação da economia de mercado e do conceito de representatividade nos moldes ocidentais, como é o exemplo da Comunidade dos Estados Independentes (CIS).

A leitura do dilema russo é uma das narrativas apontadas por Neumann na maneira de lidar com o *Outro exterior* a partir da identidade interna que se apreendia da fragmentação e da perda de status de ser uma grande potência internacional. A impossibilidade de ser império e democracia ao mesmo tempo guiou a política doméstica no início da década de 90 e foi poder constrangedor de aproximação entre a Rússia e o Ocidente tal como se pôde perceber em situações internacionais de crise como o conflito da Bósnia com a escalada da violência entre 1992 e 1995⁶² e do Kosovo em 1999. Esta interpretação vem das identidades atuantes no plano doméstico na formulação de política externa, isto é, na relação que as atuações internas (o NSR e o NWR) tiveram em relação *Outro exterior*, o qual está intrinsecamente ligado em sua formação.

Nesta leitura do dilema russo está a ligação direta com a constituição interna, pois a aproximação da Europa a partir do que esta representava para a identidade genuína da Rússia tal como apontado na primeira seção, entra em confronto com a expansão da OTAN e aproximação desta com o que antes era pertencente ao Eu russo. Esta expansão comprometeu o diálogo entre as

⁶¹ Destaque no sentido de ser um Estado forte no sistema, cuja posição era fundamental para a configuração bipolar do sistema internacional. Nas palavras de Kenneth Waltz, eram as ações de um Estado forte que importavam no entendimento da estrutura do sistema internacional (Waltz, 1979).

identidades européia e russa no final de 1992 e no início de 1993, quando a Rússia começou a passar por crises internas devido à vontade de separação de algumas repúblicas da Federação e por conflitos políticos partidários⁶³. Isto porque tal movimento significava comprometer ainda mais a dominação da Rússia sobre o que depois da dissolução, passaram a ser os Outros internos permitidos pela multiplicidade política, que embora incipiente, colocou em xeque a atuação única do Partido Comunista Soviético. Esta mudança de configuração política aponta para novas estruturas em formação no processo de abertura política russa com novas identidades começando a ter sentido na intertextualização do plano interno e desta em relação com a intertextualização do plano externo.

Sob a ótica do NSR, a política de retorno à Europa dependia do reconhecimento por parte desta da Rússia como um ator central no sistema político europeu, só que a Europa via a Rússia em decadência em questões de segurança, a chamada alta política dos tempos da Guerra Fria. Como esta identidade ainda dominava o contexto político russo, foi difícil para os outros discursos se sobreporem e garantirem a operação da nova visão sobre a Europa. Da mesma forma, que a dificuldade de se ter uma nova visão da Europa, atrapalhava a chegada desses grupos no poder, pois os benefícios do multilateralismo por esses defendidos não eram vislumbrados. Além disso, há a modificação da narrativa de legitimação de ação da OTAN e o deslocamento econômico e social que a desintegração russa gerou com a reforma política de Gorbachev, que comprometeu cada vez mais a legitimidade da identidade do NWR na arena política doméstica.

Sendo assim, a leitura do *Outro exterior* aponta para a segurança nacional russa como a retórica que iria ou condenar a aproximação com a Europa, ou aprovar a entrada dos valores ocidentais para o país sob a forma da expansão a fim de se juntar à família das nações civilizadas a qualquer preço. Esta leitura do *Outro exterior* é feita pelo Eu russo e pelos Outros interiores, os quais acabam

⁶² Chama-se a atenção para o fato de que analisar os pormenores do conflito bósnio ou kosovar não é a intenção desta dissertação. O nosso interesse está em mostrar isto de acordo com as posições de política externa russa.

⁶³ Quando se fala dos conflitos separatistas temos em mente o das repúblicas que faziam parte da Federação e, especialmente, a Chechênia. Esperamos esclarecer o conflito em relação à formação da identidade russa enquanto Nação que busca posição destaque e reconhecimento no Sistema Internacional no terceiro capítulo desta dissertação.

sendo associados à ação do primeiro no sentido de comprometimento da integridade deles.

Segundo Neumann, a questão complicada para o retorno à Europa era que esta se tratava da rememoração centrada nas estruturas comunistas, pois a idéia foi de Gorbachev antes do golpe que o derrubou exatamente para preservar o comunismo e a URSS. A camada e tendências liberais que se instalou na política russa queria implantar a economia de mercado de qualquer forma no , mas com a ressalva de que a segurança nacional permanecesse inabalável e isto significava uma Rússia forte e única em face à globalização para prover a renovação da estabilidade social.

Ao mesmo tempo em que opera esta narrativa do dilema russo, há também a da ocidentalização, representada pelas idéias do ministro das Relações Exteriores, Andrei Kozyrev. Kozyrev que representava uma plataforma política próxima da Gorbachev, a qual entendia que a mudança de discurso da OTAN para a perspectiva de defender e proteger a identidade ocidental permitia o estreitamento das relações com a organização, pois a Rússia também fazia parte do Ocidente, das características positivas deste, como apontado na primeira seção. Inclusive, para ele, era viável a admissão da Rússia como membro da instituição, mesmo que isto fosse um objetivo político de longo prazo, o que mostra Kozyrev como um expoente da identidade do NWR de forma que a OTAN com seu novo discurso de intenções civilizatórias cobria parte do discurso do EU russo, tal como este era em suas origens desde a Rússia pré 1917.

Contudo, a expansão da OTAN mediante alguns problemas internos, que envolviam os *Outros interiores* russos, evitaram o reconhecimento da Rússia como parte da Europa. A invasão da Chechênia em dezembro de 1994, que para os Russos não era considerada invasão, mas proteção à integridade da Federação, foi condenada nos termos em que foi feita pela comunidade política européia. Aliás, como veremos no próximo capítulo, a invasão da Chechênia muito mais do que representar a tentativa de reintegrar a região à Rússia, representava a tentativa de antecipar a proteção de todo o Cáucaso Norte para evitar mais perdas para a Federação, o que significava o comprometimento da identidade russa.

Assim, o reconhecimento esperado não veio, vieram sim as críticas. Além disso, pesa-se o fato de que não houve uma constituição política interna forte que pudesse apoiar a posição internacionalista oficialmente na Duma. A falta de

benefícios tangíveis pela cooperação com o Ocidente, permitiu àqueles contra esta posição a ter um poder de influência grande na contestação doméstica quanto ao assunto e Kozyrev e seus seguidores foram forçadamente abandonando a posição, movendo-se para uma posição mais centrista com o objetivo de associar a ocidentalização à integridade da identidade russa. Este movimento é indicativo da formação de uma estrutura identitária que Hopf vai chamar de Liberal Essencialista (LE), a qual será representada no final dos anos 90 pela ascensão do presidente Vladimir Putin ao poder⁶⁴.

Voltando à narrativa da ocidentalização, em meados da década de 90, começa a se apontar a falha do modelo soviético em tentar se aproximar do modelo ocidental que foi justamente a não incorporação de maneira satisfatória desse modelo à identidade russa (Hopf, 2002). Em termos de política externa, estas posições derivam de elementos que fizeram parte historicamente do discurso comunista nacionalista russo de isolamento e afastamento em relação ao ocidente, revisto na década de 90 pela identidade do NSR. A falha da incorporação do modelo político foi associada aos conflitos com os Outros interiores de forma que a flexibilização passou a significar enfraquecimento.

A visão da falha política, apontada pela maioria comunista-nacionalista, por causa da crise política que a Federação Russa começou a passar, fez com que as respostas da Rússia à expansão da OTAN se aproximassem do discurso da Rússia império. Ao se enquadrar nesta narrativa, os russos também evocavam a narrativa dos interesses nacionais, os quais no momento eram construídos e articulados em torno da idéia de preservar a integridade da identidade pela integridade do território e da soberania da Federação.

Com a narrativa dos interesses nacionais em confronto com a da ocidentalização na própria tentativa de solucionar a narrativa do dilema russo, a resposta da Rússia à expansão foi a minimização da participação das forças armadas em operações de manutenção da paz para se concentrar na sua reforma militar interna, que precisava ser forte, pois garantiria a integridade do território. Como bem aponta Neumann, a tentativa do grupo comunista nacionalista, representação do Partido Comunista Soviético, em consolidar sua posição política

⁶⁴ Esta identidade será melhor discutida no capítulo 3 desta tese, contudo na conclusão deste capítulo. Esta identidade já faz parte da configuração em que nos basearemos para entender a política externa como excludente das minorias nacionais em 1999.

através da oposição à expansão da OTAN, e o acordo no Ocidente em aceitar esta visão dualista – dilema russo – foi base para a discussão sobre como as políticas russas deveriam se estruturar mediante esta interpelação. Desta maneira, fica claro que a identidade não é resultado apenas de um contexto, nem mesmo de um contexto interno. A articulação do interesse nacional vai depender de como estes contextos vão se intertextualizar e vão se articular no interesse nacional sempre a partir da interpelação de outros sujeitos (Weldes, 1996).

Com relação à Bósnia, esta colocação teórica pode ser uma abordagem pertinente. A política russa para a Bósnia que se liga diretamente à narrativa da expansão da OTAN devido à intervenção nesta região em 1995 oscilou entre as narrativas do interesse nacional e da nacionalização, além de envolver a questão das minorias étnicas e do nacionalismo russo. Isto envolvia a construção da posição da Rússia na comunidade internacional e no âmbito doméstico frente a seus Outros interiores. A leitura da crise na Bósnia e do questionamento que esta trouxe à integridade da Iugoslávia foi associada à integridade da Federação Russa. Sendo assim, o posicionamento a respeito da situação foi um conflito entre o que se esperava da Rússia na política internacional - e o que esta mesma esperava representar nesta esfera - e a política doméstica. Os dois ambientes estiveram interpenetrados para a formulação da ação de política externa relacionada à questão.

A crise da Bósnia teve a repercussão para os russos de um movimento separatista da Iugoslávia, aliás, país que guarda semelhanças com a Rússia pelas raízes eslavas. Além disso, houve a associação direta com situação da separação da Chechênia, acirrada pela invasão de 1994 e que se estendeu até a queda de Grozny em março de 1995, quando o exército russo tomou a capital chechena. Cabe lembrar que no mesmo ano de 1995, em agosto, houve o massacre do mercado em Sarajevo que matou centenas de civis, que foi exatamente o que mobilizou a comunidade política ocidental e a Europa, sob a forma da OTAN, a decidir pela intervenção. Desde 1992, quando a Bósnia declarou independência da Iugoslávia mediante acordo votado majoritariamente por croatas e muçulmanos, os conflitos aumentaram entre esta população e os sérvio-bósnios apoiados por Belgrado.

Dado estes fatos, é importante também lembrar que desde a invasão de 1994, a União Européia desaprovava o uso da força na Chechênia e a OSCE

condenava a violação reiterada dos direitos humanos por parte de Moscou. Externamente, até 1995, a posição comunista-nacionalista permanecia à frente do poder político em Moscou e a posição das instituições européias a respeito da Chechênia era entendida sob a narrativa da expansão da OTAN – narrativa da ocidentalização -, em conflito com a narrativa da Rússia império com a articulação do interesse nacional russo no momento que era construído pela preservação de sua integridade política que dependia de sua integridade territorial.

Por essa leitura, houve até este momento o domínio discursivo da identidade do NSR e entendemos aqui que isto se reverteu para o entendimento da situação da Bósnia como similar a da Chechênia. Nesta situação, os *Outros exteriores*, representados pela OTAN, estavam apoiando os *Outros interiores*, os bósnios muçulmanos, e desarticulando a identidade do *Eu* iugoslavo, que estava em operação. Sendo assim, a Rússia não apoiou o embargo comercial à Sérvia decretado pelo Conselho de Segurança da ONU e pela União Européia, além de não ter apoiado o embargo da venda de armas para toda a Iugoslávia em 1991, embora não tenha vetado as decisões como membro permanente do conselho.

Esta leitura nos mostra a ligação do interno com o externo. Até 1995 a posição de que a Rússia devia se juntar à OTAN nos esforços de solucionar o conflito da Bósnia preservando a autodeterminação das minorias étnicas ao garantir sua independência como parte do princípio ocidental da democracia liberal era rechaçada como possibilidade de ação na política externa russa. Esta posição defendida por Kozyrev, até dezembro de 1995, ministro das Relações Exteriores, que se ligava à identidade do NWR, era barrada no processo decisório russo, pois isto ia de encontro à narrativa do interesse nacional que, naquele período, estava associada à contenção da fragmentação. Por isso, a Rússia primeiramente se posicionou contra a intervenção e proveu apoio verbal e material aos nacionalistas sérvios e a sua causa.

Entretanto, esta posição mudou e acreditamos que tal mudança veio pelo desenrolar da relação com o *Outro interior*. Depois da queda de Grozny, o conflito checheno se tornou cada vez mais violento e quando o líder da revolta chechena, Dzhokar Dudayev, foi morto pelo Serviço de Segurança Russo (FSB), em 1996, acreditou-se que a situação seria rapidamente pacificada. A campanha militar russa começou a se tornar um desastre desde então e o interesse nacional precisava ser rearticulado.

Internamente, os russos assinaram em 31 de agosto de 1996 o acordo de paz de Khasavyurt, capital do Cazaquistão, com os líderes chechenos, o que na prática conferiu aparente reconhecimento de jure para a Chechênia, pois a soberania da república ficava complicada pela falta de acordo que pudesse desautorizar o domínio constitucional da Rússia sobre a região. Mesmo sem resolver as relações constitucionais entre os dois sujeitos, o acordo selou a paz aparentemente, mas deixou inúmeros problemas sociais e econômicos na região. As consequências vão aparecer na explosão do 2º conflito, em 1999.

Simultaneamente à resolução momentânea da contenção do conflito checheno em 1996, Boris Yeltsin conseguiu fazer com que o parlamento apoiasse a aliança com a OTAN na intervenção da Bósnia sob a forma de ajuda nas forças de manutenção da paz (KFOR), conforme defendido por Andrei Kozyrev. Por este ângulo, fica claro que esta ação internacional atuou como certa forma de pressão sobre a situação da Chechênia, não querendo dizer que os motivos domésticos não tenham sido fortes. O que se pretende frisar com isso é que a política externa se estruturou com base em narrativas que evidenciaram a leitura sobre a situação interna frente ao internacional, mostrando que esta não é unânime e reflete algumas identidades que atuam no plano doméstico. A posição que se tem no internacional não advém de uma visão exclusiva do interesse nacional, pois a formulação de política de externa dependerá da constituição das identidades e da competição que todas estas travam entre si pelo monopólio do discurso no plano nacional e internacional.

Contudo, estas identidades têm visões diferentes sobre o *Outro exterior* e sobre o que a ação deste significa no plano interno no âmbito de quem sejam os Outros nesta esfera. Se estas ameaçam o *Eu* russo, este externo pode ser visto como inimigo e, neste movimento, a política externa delimita não só os *Outros exteriores*, mas também associa à exterioridade àqueles que ameaçam seu *Eu*. Esta ameaça nos deixa claro que esta exterioridade faz parte da formação da identidade russa e que o movimento de a ler pela Chechênia pode indicar esta hipótese. Acrescente-se a isso o fato de a Bósnia e a Iugoslávia terem sido áreas de influência da URSS, o *Outro histórico* russo, sendo uma área disponível para a reprodução da identidade desse, o que trouxe uma aproximação que outrora era habitual e a posição de conflito de interesses com a intervenção da OTAN. Com tudo isso, o que prevaleceu foi o discurso do NWR de aproximação com o

Ocidente. A articulação do interesse nacional russo valorizou a interpelação na forma de diálogo com este Outro, pois esta era a forma de tornar a Rússia igual no diálogo do internacional ao compartilhar das ações e leituras da identidade que eles consideravam estar em posição privilegiada na hierarquia internacional, pois este país pretendia estar no topo desta.

Em 14 de novembro de 1992, por exemplo, Kozyrev disse na conferência da Organização para a Segurança e Cooperação Européia (OSCE) em Estocolmo que os líderes ocidentais deveriam começar a tratar a Rússia como igual nos problemas europeus, especialmente no que dizia respeito à ex-Iugoslávia, ressaltando a participação essencial de seu país para a solução pacífica para a guerra. A participação significava que a Rússia não podia ficar de fora do problema internacional de maior repercussão na época, pois como um país importante dentro do Ocidente, uma questão como essa necessitaria de sua intervenção para manter a estabilidade política na região.

Esta situação tem conseqüências e origens na política doméstica. Se na Rússia ainda permanecia o discurso da grande potência com resquícios de seu *Outro histórico* e, ao mesmo tempo, estava em operação uma identidade que tinha como base de ação a aproximação com o Ocidente, ser uma grande potência significava fazer parte das discussões e ações em que esta região se engajava. Entretanto, a Rússia deveria fazer parte de uma posição de igualdade no discurso, isto é, tendo poder de opinar e decidir sobre a situação em que o Ocidente também estivesse agindo ao compartilhar a linguagem deste e estabelecer um diálogo no qual ela e o Ocidente fossem os dois sujeitos em constante troca e não em oposição.

A situação da Bósnia mostrou então que a Rússia, mesmo com todos os conflitos internos resultantes de discursos de identidades diferentes que perpassaram a formulação da política externa, optou por uma ação mais próxima da identidade vinculada ao discurso pró-Ocidente e à narrativa da Ocidentalização. Tudo isso, levando-se em conta as mudanças obtidas na postura internacional quanto à questão relacionada à leitura que se fazia do conflito da Bósnia pela preservação da identidade do *Eu* russo ameaçado pelo *Outro interior* checheno. Um pouco diferente do que foi na Bósnia, a posição da Rússia no Kosovo significou a tentativa de evitar que os membros da OTAN percebessem

que a Rússia não era um sujeito tão próximo do Ocidente assim, logo que era *Outro exterior* para eles, o que comprometeria a identidade de grande potência.

A fonte da desarticulação com o sujeito e a narrativa ocidental mais uma vez estava dentro das próprias fronteiras russas. Só que neste episódio, o conflito com a Chechênia poderia significar o desrespeito à democracia que o Ocidente havia reconhecido estar sendo incorporada na Rússia⁶⁵, assim como o desrespeito à própria formação federativa que era o status do Estado russo, que o faz ser íntegro frente ao sistema internacional. Além da democracia, mas não desconectado desta, havia o fator da economia de mercado que havia modificado a Rússia domesticamente com a entrada de capitais internacionais, ao mesmo tempo em que a liberalização permitida por esta foi exatamente para se enquadrar melhor no diálogo com o Ocidente e também de, sob novas formas, ser uma grande potência. Sendo assim, no conflito do Kosovo, com a intervenção internacional através da OTAN realizada em 1999, a estabilidade da identidade que a Rússia havia conformado na primeira metade da década de 90, poderia entrar em jogo dependendo da posição que esta tivesse frente à crise.

Primeiramente, vamos então de forma breve colocar a situação na Chechênia entre 1996 e 1999 e o que ocorreu paralelamente na política doméstica russa. Conforme apontado, a assinatura do acordo de Khasavyurt entre a Chechênia e a Rússia em 1996 não estabeleceu como ficaria a soberania constitucional chechena, que continuou inexistente depois do tratado. Além da indefinição quanto ao conflito constitucional entre a república e o centro da Federação, a primeira ficou em estado de degradação após a retirada das tropas russas. O caos econômico, social e político ficou evidente pela diminuição da população em 10 por cento em relação ao início do conflito e pela massa de refugiados que acabaram se deslocando para a república vizinha da Inguchétia e

⁶⁵ Um exemplo disso na troca de sujeitos na formação do diálogo entre OTAN e Rússia poderia ser apontado conforme destaque por Gregory Hall na assinatura do tratado entre este país e esta instituição. Nas palavras do autor: "In spring 1997, a Russia mired in political instability and lagging significantly in its transition to a market economy acquiesced and entered into the Russia-NATO Charter, an agreement that took away any prospect of a Russian "veto" over the NATO expansion process, but would establish a mechanism for Russian cooperation with the alliance in fostering security in Europe. The Founding Act addressed concerns on both sides. It commits the signers to "democracy" and the establishment and maintenance of market economies. As expected, the document requires parties to respect principles of sovereignty and the territorial integrity of states, and it establishes the NATO-Russia Permanent Joint Council, which links Russia to the alliance structure in a formal way. In this way, Russia and NATO are sworn to work together in fostering European security in the post-cold war period." (Hall, 1999)

do Daguestão, que pressionaram Moscou a abrir as fronteiras russas para os receber, o que não foi aceito. Este cenário deu margem para novas mobilizações em torno da retomada do conflito na forma de reivindicação da separação de fato da Rússia, o que tornaria a Chechênia um Estado soberano, fora da Federação.

O presidente Aslan Maskhadov, que havia sido uma escolha apoiada pelo Kremlin⁶⁶ e pela comunidade internacional, não conseguiu encontrar um equilíbrio entre seus oponentes e os russos e a instabilidade política o que possibilitou a entrada da máfia e do tráfico de drogas e armas na república e a associação deste com os líderes rebeldes, os quais organizados novamente, retomaram o conflito patrocinados não só pelo crime organizado, mas pelo movimento islâmico *wahbismo*. Este movimento, desde a época do império, foi combustível para as revoltas contra a Rússia, representando um Outro interno em relação ao Eu cristão ortodoxo. A pressão que este exerceu sobre Maskhadov fez com que ele, que não desfrutava do apoio concreto da Rússia, instaurasse uma república islâmica na Chechênia em fevereiro de 1999.

A instauração da república islâmica ocasionou a escalada dos conflitos diretos e esparsos que havia entre chechenos e os soldados russos que ainda estavam na região. A Rússia então intervém militarmente e oficialmente no início de agosto de 1999 para impedir a separação e o discurso da necessidade de intervenção permeia a campanha eleitoral do então primeiro ministro Vladimir Putin para as eleições presidenciais realizadas em dezembro do mesmo ano. Neste ambiente, começa a aparecer uma identidade que iria apontar para posicionamentos diferentes do NWR, que vimos que acabou se sobressaindo na posição final sobre a guerra da Bósnia.

O ambiente interno russo em 1999 aponta para a operação da identidade Liberal Essencialista (LE). Liberal porque as políticas permeadas por essa identidade apontavam para a distensão da política russa, no sentido de incorporar outros blocos políticos diferentes do comunista e de ver como necessária a abertura ao Ocidente. Mas, contudo, essencialista, no sentido de rogar a unicidade e o destaque da Rússia, preservando a tradição e os benefícios do regime comunista, nesta aproximação com o Ocidente e na participação nas discussões internacionais (Hopf, 2002). Esta identidade e as políticas domésticas que

sustentou confirmou a necessidade da intervenção na Chechênia e a mudança de postura com relação à absorção dos valores democráticos depois da crise econômica que assolou a economia russa com a desvalorização do rublo em 1998. A decadência russa inspirou o aparecimento de um funcionamento não só político, mas também social, que pudesse recuperar o lugar da Rússia no cenário internacional, a começar pela preservação da configuração territorial política e pela confirmação da subordinação do status político checheno à Constituição russa. Desta forma, podemos perceber uma inclinação muito maior ao passado soviético do que à identidade do NWR.

Enquanto a Chechênia continuava a ser fator de desestabilização interno, externamente a Rússia se deparava como membro da comunidade internacional com outro conflito que ameaçava a autodeterminação, os Direitos Humanos e o ordenamento do liberal democrático no processo de identificação que a aproximou da OTAN. O conflito do Kosovo colocou a Rússia de frente com o Outro exterior representado na herança soviética pelos Estados Unidos e com a própria OTAN, que passou a ser o que a posicionou nas normas compartilhadas do internacional. Em agosto de 1999, começam os bombardeios da OTAN ao Kosovo, região que não foi incluída no plano Vance-Owen no tocante à divisão de territórios por distribuição étnica⁶⁷, e que acabou sendo dominada pelos sérvios que iniciaram uma limpeza étnica para eliminar a maioria albano-kosovar da região.

A princípio, a Rússia se posicionou contra o ataque. Para os políticos que em sua maioria representavam discurso da identidade liberal essencialista, principalmente depois da desvalorização do rublo, a liderança dos EUA no ataque aos sérvios era uma ameaça a posição de proximidade da Europa conquistada no início dos anos 90 para lidar com as questões. Um outro fator é que sob o ponto de vista da articulação do interesse nacional em torno do compartilhamento das normas internacionais na política externa russa é que há fatores discursivos essenciais neste posicionamento inicial. Segundo Hopf, a soberania enquanto

⁶⁶ Poder Executivo russo.

⁶⁷ Este plano tentou solucionar o problema étnico na Bósnia em 10 distritos autônomos, deixando os sérvios com 49 % do controle sobre o território, embora estes tenham dominado 70%, o que conferiria a estes o status de agressor, legitimando a ação da OTAN. Os albano-kosovares continuaram sob o domínio sérvio, mesmo depois do cessar fogo instituído pelo acordo de Dayton em outubro de 1995.

instituição foi um destes fatores, pois esta começou a ser entendida a partir dos anos 90 como garantia da Rússia ser uma grande potência e também de proteger seus interesses na Chechênia. A violação do princípio de não-intervenção pela OTAN na Iugoslávia enquanto um país soberano sobre seus territórios como era o Kosovo, poderia ser uma ameaça aos interesses russos em âmbito internacional (Hopf, 2002, p.231). Mais do que isto, a intervenção sob a égide da proteção às minorias no com o direito que estas têm ao território, à independência e ao governo democrático poderia legitimar também a intervenção na Chechênia e isto deslegitimaria a incursão no internacional pelo princípio da soberania. Conforme Hopf:

But there is a tension among the rights that international institutions conferred on Russia in its fight against Chechen terrorism, separatism, and trade in narcotics, arms and hostages: the constraints these institutions promised against unilateral U.S. military actions; the normative protection offered to russians living in the near abroad; and the obligations those same institutions imposed on Russia. We can see this tension in Russian military doctrine. On the one hand, it explicitly bound Russia to adhere to UNSC resolutions and Russian Federation treaty obligations when deploying and using Russian armed forces within the CIS; moreover it pledged to create special peacekeeping forces designed to meet Russia's UN, OSCE, and CIS obligations. On the other hand, the doctrine is silent about Russia's international obligations when using its military forces within the Russian Federation in its domestic periphery, in places such as Chechnya. Apparently, it is denied that the international institutions that promised to empower the Russian center might, as well, reduce its capacity to tame its rebellious periphery⁶⁸. But many recognised not only the contradiction, but the danger embodied in its U.S. actions in Kosovo – that the international norms used to justify the “humanitarian intervention” in Kosovo could threaten Russian efforts to control its Chechen periphery (Hopf, 2002, p.227).

Sendo assim, o início do bombardeio contra a Sérvia sob a liderança dos EUA traria para a posição política da identidade liberal essencialista a ameaça de que a posição que a Rússia alcançou se aproximando das instituições européias pela articulação do interesse nacional com o discurso do NWR estaria ameaçada. Esta leitura é feita pelos acontecimentos que ocorreram na Chechênia culminando na intervenção em agosto de 1999, posterior ao bombardeio à Sérvia que ocorreu em março do mesmo ano.

A preocupação com a situação fez com que a Rússia se sentisse responsável por conduzir as negociações do cessar fogo na Iugoslávia, representando uma articulação do discurso da identidade NWR com a LE. Isto porque ao mesmo

tempo em que atenderia às expectativas da Europa, que aliás era mais a favor do diálogo após o bombardeio de março do que a continuação da intervenção, atenderia à das lideranças russas, que ainda se consideravam o centro das nações eslavas na comunidade internacional, sendo a iugoslava uma destas, respeitando a idéia de soberania e a integridade que representantes da identidade LE possuíam. A articulação resultou então no envio do Primeiro Ministro, Viktor Chernomyrdin, pelo presidente Boris Yeltsin à Iugoslávia em apoio ao governo deste país, não só pela identificação eslavófila, mas pela associação da questão chechena com a posição na comunidade internacional.

Segundo Ted Hopf, uma das articulações possíveis para a identidade russa em 1999 era a força do discurso LE, que conquistou o apoio da população. Neste discurso, a principal fonte de desestabilização da identidade era a Chechênia. Com o conflito no Kosovo, entedia-se o separatismo nesta região sob o prisma da ameaça à unidade da Federação Russa, dentro da qual Moscou seria o centro, que fazia desta um Estado nacional soberano. O bombardeio era então, em última instância, uma ameaça à estabilidade da identidade nacional russa que já estava sendo colocada em xeque pelo movimento separatista checheno (Hopf, 2002, p.212). A associação com a situação interna trouxe a idéia de uma ameaça de avanço por parte principalmente dos EUA e isto comprometia o projeto de uma Rússia novamente centralizada e forte, como também comprometia a autonomia deste país que deveria ser responsável por garantir o equilíbrio de forças na região, junto com a Europa.

Em junho de 1999, a Rússia começa a participar nas forças de manutenção de paz no Kosovo (KFOR) sob o símbolo da busca por um mundo multipolar, com maior equilíbrio de forças, principalmente no que diz respeito aos EUA e sabemos que só depois disso em agosto de 1999 é que houve a segunda intervenção na Chechênia. Estes fatos anteriores ao recorte temporal que foi feito para entender o objeto de estudo servem para posicionar a questão de como identidade étnica nacional russa se articula no entendimento dos *Outros* presentes no sistema internacional. Estas situações servem para nos aproximar do nosso objeto de análise, a política externa, já que permitem situar a Rússia no contexto das normas internacionais de soberania e integridade territorial, assim como no

⁶⁸ O autor insere uma nota aqui para realçar que esta parte do texto é retirada Doutrina Militar da

posicionamento deste país nas instituições, a fim de detectar sua identidade projetada ao externo (Hopf, 2002, p.213).

Com isso, fica claro que tanto o conflito do Kosovo como o da Bósnia estão não somente dentro de um contexto maior do que significava a expansão da OTAN para a identidade russa, mas também na relação que a formulação de política externa para estes casos teve em relação à situação doméstica russa. A invasão da Chechênia em 1991 e seus desdobramentos relacionados à posição final russa de apoio à ação da OTAN na Bósnia, a própria posição em relação à OTAN, todos estes fatores refletiram a articulação de narrativas específicas, que refletiram a relação de uma identidade doméstica em relação a outra. Esta própria relação é matéria para a formação da identidade nacional russa e para percebermos que à medida que estas formações variam, outras identidades podem surgir e entrar em operação.

No conflito do Kosovo, fica claro que há uma relação sim do interno com o externo sob a forma da ação de política externa, mas sob uma lógica de articulação diferente, o que resulta em posicionamentos que podem ser diferentes, não necessariamente discordantes, dos anteriores. Há uma continuidade na política externa que pode corresponder à expectativa de os Estados estarem produzindo e reproduzindo suas identidades nacionais. Por este ângulo, a Chechênia, tanto na situação da Bósnia, como na do Kosovo, principalmente na última, poderia comprometer a absorção das normas internas, que possibilitariam a corroboração da identidade nacional russa no sistema internacional. A intervenção, sob este argumento, não é só uma justificativa para uma ação doméstica, como também é absorção de uma norma internacional de acordo com o entendimento que se tem desta no âmbito doméstico.

O fato de termos mostrado a articulação das narrativas domésticas em relação ao *Outro Exterior* significa que a expansão da OTAN não teria sentido, senão pelo entendimento da política externa como uma prática dialógica entre um *Eu* do Estado com um interlocutor que pode margear a formação da identidade deste mesmo eu. Sendo este movimento de associação, exclusão ou absorção, o *Outro* é realmente importante no processo, como apontamos no caso russo. Quando a Rússia é convidada a participar das comemorações dos 50 anos da

OTAN em 1999 em Washington, a importância da articulação das narrativas correspondentes às identidades russas e a interpelação que esta organização realizou na política doméstica aparecem nas formulações de política externa russa em casos de associação entre o doméstico e o internacional, tal como foi a Guerra da Bósnia e o conflito do Kosovo.

3.3 Considerações Finais

Quando falamos em formulações de política externa, ocorridas na associação do doméstico com o internacional mediante as narrativas identitárias do *Eu* que são interpeladas pelas identidades dos *Outros*, quisemos dizer que as identidades dos Estados não são apenas construídas vis-à-vis a outros Estados. As ações de política externa russa que colocamos ao longo deste capítulo mostraram que ambiente internacional e doméstico são igualmente importantes na análise de ações de política externa e que a maneira que o Estado é constituído está intrinsecamente ligada à idéia construída de outros Estados, para nós *Outros exteriores*, de acordo com as narrativas que correspondem a estruturas de identidades domésticas que estão sempre se modificando.

A política externa é então o diálogo onde os Estados estabelecem um discurso que responde a outros Estados e a outros pronunciamentos que são as narrativas, as quais, como vimos, estão sempre articuladas na identidade nacional do Estado de formas diferentes. Estas formas diferentes vão ser o reflexo de construções diferentes da identidade não só em seu conteúdo, tal qual é o caso da NWR e da LE, mas em forma de constituição, como é o caso do NSR e do NWR. A forma de constituição que buscamos privilegiar com a postura da política externa como conciliação entre interno e externo foi a do diálogo. Explicar a política externa como conciliação entre externo e as ações que resultaram desta inter-relação, que como veremos mais a frente é necessária à permanência do Estado, é um primeiro passo para fortalecermos o argumento de que a mesma faz com que os *Outros interiores* sejam excluídos do discurso e das ações globais.

A identidade não é formada por oposição e, por isso mesmo, buscamos mostrar que para se entender a relações do *Eu* com o *Outro*, requer-se uma contextualização discursiva e social e, posteriormente, uma intertextualização.

Propomos isto a fim de percebermos que o que é negado nesta intertextualização, pode ser fundamental na construção do *Eu* e na leitura que se tem dos *Outros exteriores* à identidade nacional, mas que se mostram constitutivos, à medida que são associados ao que é negado internamente.

A dissolução da URSS colocou em pauta a posição destes *Outros internos* frente ao novo tipo de relação que se tinha com o Ocidente, com o *Outro exterior*, mostrando que na composição da identidade soviética havia mais do que a oposição entre burguesia e proletariado. Há discursos que operam dentro da sociedade estatal cada um no seu contexto, mas sempre em resposta não só a situações de dentro do Estado, mas aos *Outros exteriores e interiores*, na forma da intertextualização. Acreditamos que a política externa é formada desta maneira, na relação desta intertextualização doméstica com o intertexto do *Outro exterior*, que aparecerá como um grande pronunciamento sobre o qual discorreremos no próximo capítulo. Como Hopf aponta, há um terreno identitário que não conhece as fronteiras jurídicas da soberania, embora seja lido por esta (Hopf, 2002).

Estas fronteiras jurídicas da soberania são apagadas quando se relaciona à idéia do *Outro exterior* com o que significa o *Outro interior* na construção da identidade do Estado, como foi o caso do Kosovo. Ou então quando se relaciona estar no contexto da soberania aceito pelos *Outros exteriores* para ter a mesma posição de sujeito deste *Outro*, a fim de se buscar o equilíbrio, como foi o caso da Guerra da Bósnia em relação ao primeiro conflito checheno.

A competição entre formações discursivas é particularmente visível em 1999. Nesta data, a identidade do NWR, representada pelo discurso predominante de 1987 até 1993, foi desacreditada pela crise econômica e pela intervenção militar da OTAN na Bósnia. O beneficiado neste descrédito não foi, portanto, o outro do binário - a identidade do NSR - representado pelo passado soviético, que era inaceitável para a maioria. Em vez disso, foi o discurso Liberal Essencialista que ganhou força nesta situação pela incorporação do conceito de soberania e da regra da não-intervenção para conter a ameaça separatista chechena. É nisto em que esperamos focar no próximo capítulo.